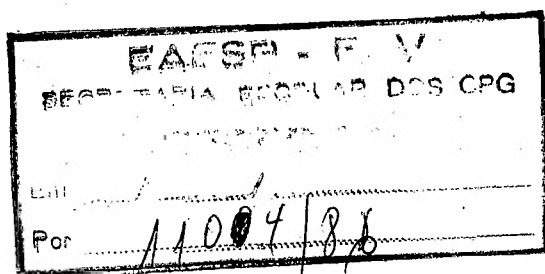




18-C

PARTE III : ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E
ESTRUTURA SOCIAL



TEORIA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO 5 : TEORIAS DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Antes de examinarmos as formas de efetuação da relação trabalho humano e do sistema social na sociedade capitalista industrial para, posteriormente, verificarmos uma correlação entre a estrutura formal e informal da organização de trabalho visto como um microcosmo social e, a estrutura social formal da sociedade como um macrocosmo, faz-se necessária uma rápida análise dos meios simbólicos generalizados de troca como componentes dos sistemas sociais e também dos sistemas de ação.

Na sociedade capitalista são identificados três níveis de relações sociais e de re-ações: indivíduo-família, indivíduo-grupo social e indivíduo-organização. Usualmente, o segundo par das relações acima é visto como "instituições": instituição familiar, instituição sem fins lucrativos e instituição com fins lucrativos. Por outro lado, o primeiro par das relações, o indivíduo, passa a ser, cada vez mais, o centro dos estudos dos teóricos organizacionais. Seja que tendência teórica organizacional for, é comum defrontarmos com a pergunta do tipo: o que leva um indivíduo a se agregar num determinado grupo social ou numa determinada organização de trabalho além da sua "especialização" profissional? Segundo Stavenhagen (1) isto é devido à estratificação social (2) e

(1) Stavenhagen, R. - "Estratificação social e estrutura de classes" in Velho, O.G. (org) - Estrutura de classes e estratificação social. RJ, Zahar, 1976.

descreve três teorias no tocante a essa estratificação: teo
ria funcionalista, teoria weberiana e teoria marxista clássi-
ca. São os que veremos a seguir.

-
- (2) Na sociologia clássica, as classes sociais são vistas co
mo elementos da estrutura social; na sociologia latino -
americana, o conceito de classes sociais identificou-se'
com o da estratificação social e, em Marx e Engels e na
escola marxista deram ao conceito de classes seu funda -
mento científico e o integraram como parte primordial do
seu sistema sociológico e econômico.

A) TEORIA FUNCIONALISTA E WEBERIANA

Nas duas primeiras teorias, funcionalista e weberiana, "aceita-se universalmente que todas as sociedades humanas estejam estratificadas de uma ou de outra forma. Isto significa que os indivíduos ou grupos estão dispostos hierarquicamente numa escala". Para validar essa premissa, Stave^unhagen levanta quatro problemas referentes ao estudo da estratificação: primeiro, se estas hierarquizações existem realmente na sociedade, o que o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais o demonstram, ou se são apenas construções abstratas de investigação para serem usadas como instrumento de classificação na pesquisa social; segundo, determinar quais são os critérios empregados para estabelecer a estratificação, isto é, sobre que índices se baseiam as hierarquias sociais; terceiro, se são os indivíduos os hierarquizados segundo certos atributos individuais ou se a estratificação implica a hierarquização de grupos sociais bem definidos e delimitados e, quarto, determinar a relação que existe entre a estratificação e a estrutura da sociedade, principalmente com as mudanças sociais.

Para respondê-las, o autor busca apoio em outros teóricos. Assim, em resposta ao primeiro problema, compararemos as posições de dois autores. Para Davis e Moore (3), as estrati

(3) Davis & Moore - "Alguns princípios de estratificação" in Velho, p. 114-132.

ficações são universais e representam a distribuição desigual de direitos e obrigações numa sociedade. E a base para diferente estrutura social é constituída pelo prestígio diferencial das diversas posições na sociedade e das pessoas que as ocupam. A determinação dessa base de 'prestígio' das posições sociais depende do critério adotado. Já para Talcott Parsons a "estratificação é resultante das avaliações diferenciais dos objetivos da ação social", isto é, toda estratificação representa uma hierarquia de valores. Para tal, supõe, ao menos implicitamente, um sistema de valores comuns da sociedade o que, segundo Stavenhagen, não corresponde aos fatos reais.

Quanto ao segundo problema, Davis e Moore constataam a existência de dois fatores que determinam a devida colocação de uma hierarquia, das diferentes posições na sociedade: primeiro, a sua importância para a sociedade, isto é, sua função e, segundo, o treinamento ou talento necessário para ocupá-las. Porém, para Marshall (4), não bastam funções principais com relação às quais se estabelecem as estratificações pois, na sociedade moderna, a estratificação se faz cada vez mais multidirecional (ou multiestratificadas). Portanto, o problema está em saber se as hierarquias assim criadas correspondem uma às outras e qual é essa correspondência. A constatação desse problema é uma das

(4) Marshall, T.H. - "A General survey of changes in social stratification in the Twentieth Century" in American Sociological Review, 1956.

razões pela qual as estratificações não são aceitas universalmente como um fenômeno de classes sociais já que estas devem representar o sistema sócio-econômico de uma sociedade em geral e não somente um ou outro de seus setores regionais como, por exemplo, setor urbano e rural, cada qual com estratificações próprias.

Quanto ao terceiro problema, levantado por Stavenhagen, faz-se necessário conhecer a unidade da estratificação, isto é, se é o indivíduo ou se é o grupo social, pois a identificação da unidade implica em estabelecer a diferença entre a descrição taxonômica e a análise estrutural da sociedade. Por exemplo, de um lado, no caso de ser o indivíduo a unidade considerada, o sistema de status será o sistema de estratificação para Davis (5) pois, para este autor, o status do indivíduo é o resultado de uma série de atributos individuais baseados nos determinantes de status, isto é, nos critérios de estratificação: "a posição de um indivíduo num sistema de estratificação é considerada como seu status social". Do outro lado, se a unidade de estratificação envolve categorias mais ou menos homogêneas ou agrupamentos que são chamados de estratos, camadas ou classes, elas são geralmente "categorias estatísticas, isto é, conjunto de pessoas que tem em comum um número determinado de características mensu

(5) Davis & Moore- "Alguns princípios de estratificação".

ráveis, ou seja, um status comum". Assim, para Davis, o conceito de classes sociais implica agrupamentos discretos, hierarquizados num sistema de estratificação.

Por último; a relação entre a estratificação e a estrutura social é dada pelo Weber (6) quando faz distinção entre as três dimensões da sociedade: a ordem econômica, representada pelas classes; a ordem social, representada pelo status ou estado (stand); a ordem política, representada pelo partido. Cada uma dessas dimensões possui uma estratificação própria: na dimensão econômica, a estratificação é dada pelos rendimentos, bens e serviços de que o indivíduo dispõe; na social, é de prestígio e honra que o indivíduo desfruta; na política é o poder que o indivíduo ostenta.

Para Weber, "a classe social baseia-se na ordem econômica, não sendo mais do que um aspecto da estrutura social". Mas Goldschmidt (7) difere sua posição teórica da de Weber e as sinala seis diferentes tipos de classes:

- 1) classes definidas, isto é, as castas sociais;
- 2) classes culturais, isto é, as subculturas;
- 3) classes econômicas baseadas nas relações com os meios de produção;

(6) Weber, M. - "Classes, status e partido" in Velho (org) - Estrutura de classes e estratificação social, p. 61-83.

(7) Goldschmidt, W. - "Social class in America: a critical review" in American Anthropologist, 1950, nº 52.

- 4) classes políticas estabelecidas com respeito ao poder dentro da comunidade;
- 5) classes que se auto-identificam, segundo seus prestígios;
- 6) classes de participação, segundo as relações que se estabelecem entre seus membros.

Aqui, o terceiro e o quarto tipo de classes são os únicos que têm algo com a estrutura social porém, as classes econômicas (terceiro tipo), baseadas na relação com meios de produção, não constituem precisamente uma estratificação. E, na realidade, os seis tipos de sistemas de estratificação acima não têm todas a mesma relação com a estrutura social.

Pelas teorias funcionalistas e weberianas, as classes sociais podem ser pensadas como sistemas pois, em primeiro lugar, não é possível de se pensar em classes sociais como algo isolado da sociedade (8) e, em segundo lugar, para se formarem camadas, estratos ou classes, aceita-se a hierarquização mas por trás dessa forma de ordenação não há qualquer referência de como se dá a relação entre cada "faixa" (9). Além disso, as fronteiras divisórias são excessivamente relativas. Uma

(8) Ver Giddens, A. - A estrutura de classes das sociedades avançadas. RJ, Zahar, 1975 e, Ossenski, S. - Estrutura de classes na consciência social. RJ, Zahar. 1964.

(9) Por exemplo, por que normalmente são três salários mínimos o divisor da camada de baixa renda ?

das possíveis explicações para este fato é que por trás dessa ordenação com limites relativas existe uma determinada concepção de mundo ou uma determinada maneira de como se quer que o mundo seja visto. Em outras palavras, existem tipos de interpretações da estrutura de classes e os modos diferentes de se verem as relações entre as classes sociais. Basicamente, são dois os tipos de relações entre elas: relações ordenadoras (esquemas ordenadores) e relações de dependência (esquema de dependência). O esquema ordenador pode ser simples, quando for de uma variável - assim é a escala entre os agentes sociais que os agregam num grupo homogêneo, por exemplo, a escala do nível de renda, normalmente conhecida como sistema de estruturação em função de uma variável - e sintética, quando for mais de uma variável sendo necessário estabelecer um "peso" entre elas, onde se faz a ponderação de pesos em virtude da multiplicidade de variáveis.

Convém notar que nesse tipo de relação entre as classes sociais não existe nenhum vínculo entre os estratos. O que pode ter em comum entre elas é a categoria variável, isto é, um vínculo meramente distributivo de ter mais ou menos a variável mensurada (10).

(10) É que por trás disso existe uma certa atomicidade da sociedade, isto é, o desconhecimento do vínculo faz menosprezar a estrutura social concebendo a sociedade como um conjunto de átomos que se associam ou não dependendo dos atos da vontade. Para este assunto, ver Durkheim em "Atos jurídicos".

O segundo tipo de relação é de natureza funcional, de dependência mútua. Esta relação visa a estabelecer o vínculo entre os diversos agentes sociais. Um exemplo clássico do esquema de dependência entre os diversos agentes é a concepção "teológica medieval" da sociedade, ou seja, na sociedade medieval identifica-se a interdependência entre as três "classes sociais": clero, nobreza e servo, cada qual com função religiosa, de defesa e de produção, respectivamente. Esta é uma concepção de dependência funcional da sociedade. Aqui, cada um cumpre a sua função para a manutenção da vida; uns dependem de outros. A relação social homem-homem não é de oposição mas, sim, de dependência. Portanto, não há relação de exploração. Todas as partes da sociedade são complementares e existem para o bem comum de todos, onde cabe a cada um cumprir o seu papel pressupondo, assim, a harmonia social. A luta de classes não faz sentido nesse esquema pois pregá-la seria criar desarmonia, tentar ver diferenças que não são essenciais. Caso haja alguma espécie de eventos que não se coadunem com o esquema, será uma simples anomia, um mau funcionamento do "órgão", de uma determinada conjugação de indivíduos ou de um grupo (11). Mas ela não indicará um conflito social e, ainda mais, o que justifica a hierarquia funcional nessa ordenação social é a ideologia dominante.

(11) No fundo, é a solidariedade orgânica de Durkheim. Também convém notar que, nesse esquema funcional, os agentes sociais não são agentes isolados mas, sim, agregados. Esta agregação permite estabelecer conexões entre os mesmos.

Vimos que segundo a teoria funcionalista (12), toda sociedade é uma sociedade estratificada. Então cabe perguntar, de um lado, o que leva à estratificação social e de outro, o que leva os agentes a ocuparem seus lugares e posições distintos nessa dada estratificação. Para Davis e Moore, estas duas questões giram em torno da motivação. Porém, a própria questão da motivação gera problemas específicos: primeiro, como motivar os agentes sociais a assumirem posições e deveres diferentes sendo que algumas exigem habilidades especificamente escassas e, segundo, como o fator motivação pode formalizar a estratificação social.

Para solucionar estes problemas, a sociedade deve oferecer recompensas aos seus agentes. Na realidade, são recompensas - pensadas de forma geral tais como poder, riqueza, prestígio - que os motivam a ocuparem posições e deveres distintos. Assim, estas recompensas acabam sendo um direito de cada agente e isto permite formalizar a estratificação da sociedade. Porém, estas recompensas não são de igual volume para todas as posições sociais.

Poder-se-ia então perguntar: o que faz com que uma determinada posição social conceda, em relação à outra posição, um volume maior de recompensas? Os diferentes volumes de

(12) Ver Davis & Morre - "Alguns princípios de estratificação".

recompensas são devidos à existência de dois fatores básicos: a importância funcional da posição social e à escassez relativa de agentes qualificados. O primeiro fator depende dos valores dominantes da sociedade e o segundo, do primeiro, ou seja, o que determina em geral o volume de recompensa é a escassez que varia em função do mercado.

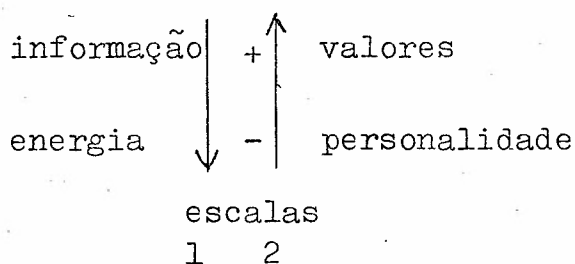
Através dessas recompensas, que na realidade são estímulos, explica-se, talvez, o mesmo padrão de escalonamento que nos esquemas ordenadores parecia causal (tomando-se como base uma sociedade atomizada).

O que essa teoria procura oferecer é uma explicação do elo funcional dos agentes que a teoria de relação ordenador' entre as classes não oferecia. Mas, por outro lado, aqui também não aparecem choques sociais a nível grupal ou a nível individual isolado disputando alguns postos mais compensadores. Assim, existe também uma harmonia social. Isto porque nessa abordagem a sociedade é dada como um pressuposto tendendo assim a tornar-se natural. Desse modo, a mudança perde a sua importância como alteração significativa da estrutura social. Em outras palavras, a hipótese da teoria funcionalista é tomar a sociedade como um dado já estabelecido e a partir dela questionar a ocupação diferencial dos seus agentes e de como eles se adaptam nessa sociedade já ordenada, estratificada e estabelecida. Nesse sentido, é difícil de se pensar numa mudança estrutural da sociedade por exemplo, numa revolução visto que ela mudaria a estrutura interna da sociedade e, ademais, ficaria difícil de se expli -

carem determinadas mudanças dentro do próprio sistema capitalista que se expressaria como uma ruptura.

Nessa teoria tomam-se os valores funcionais da sociedade como algo que se mantém, relativamente aos mesmos, como produto de uma longa evolução. Mas não por isso a sociedade é tomada como sendo estática: a sua dinâmica é o próprio desempenho funcional de cada posição. Porém, vê-se que é um dinamismo da estrutura sem rupturas de ordem social, ou seja, não se pensa aqui numa ruptura de ordem social estabelecida e nem, num extremo, a competição entre os agentes crescentes (devida ao crescimento vegetativo da população) deve romper a ordem visto que a própria estrutura social já carrega em si o processo de diferenciação funcional (13).

(13) Isto é claramente demonstrado no sistema social sofisticado do Talcott Parsons onde a sociedade se resume em duas escalas de direções inversas.



Na escala 1, a gradação máxima é "informação" e mínima a "energia"; na escala 2, a máxima é "valores" e mínima "personalidade" e entre elas existem normas, legislação, etc. Assim, por exemplo, "valores" é o código máximo da sociedade porém, não possui nenhuma "energia" porém possui "forma", e "personalidade" é código biológico e possui o máximo de "energia", porém, nenhuma "forma".

Por esse motivo, não se toma a sociedade funcional como sendo não dinâmica. Ela possui seu dinamismo interno próprio. Em suma nessa teoria não importa quem motiva quem. O importante é determinar como a sociedade motiva ou resolve adaptar seus agentes e canalizá-los em determinadas posições.

Quanto às formas de dependência unilateral, a teoria weberiana de classes sociais (14) responde centrando-se na questão da distribuição.

Weber descreve em sua obra os agentes sociais que se articulam, mas essa articulação se dá em determinadas esferas da sociedade. Na verdade, essas esferas são formas de articulação da ação do sujeito que é componente essencial da sociedade. Analiticamente, o sujeito se distingue no mundo das ações pois, em primeiro lugar, não existem ações nas esferas política, econômica e religiosa de modo isolado e, em segundo, essas esferas se relacionam entre si numa ação concreta (15).

(14) Ver Weber, M. - "Classes, status e partido" e Giddens, A. - A estrutura de classes das sociedades avançadas.

(15) A priori, é difícil dizer (e Weber não diz) como essas três esferas se conectam entre si. Porém, sabe-se que há interferência entre elas.

Para Weber, a sociedade está em constante luta em torno de certos fatores tais como bens, mercadorias, honra, poder, prestígio. Assim, os agentes (que Weber pensa como sendo classes sociais) se entrecrocaram em virtude dos interesses particulares, especificamente interesses em bens materiais.

O lugar da distribuição e da disputa desses bens entre agentes se dá no mercado. Se, de um lado, o mercado é o local onde os agentes disputam a distribuição, paradoxalmente, é nele que os agentes têm a possibilidade de se manter - ressaltando maior vantagem aos qualificados profissionais de se colocarem no mercado do que os não qualificados. Desse modo, o mercado se torna um "palco" onde se dá a disputa social dos agentes. (16).

Assim, para Weber, as classes sociais só tem existência no plano econômico, no mercado pois; no plano social, onde o que rege é a honra, existem estamentos e no plano político, sendo a disputa não a honra ou bens materiais mas o poder, existem partidos, isto é, os agentes se organizam em partidos.

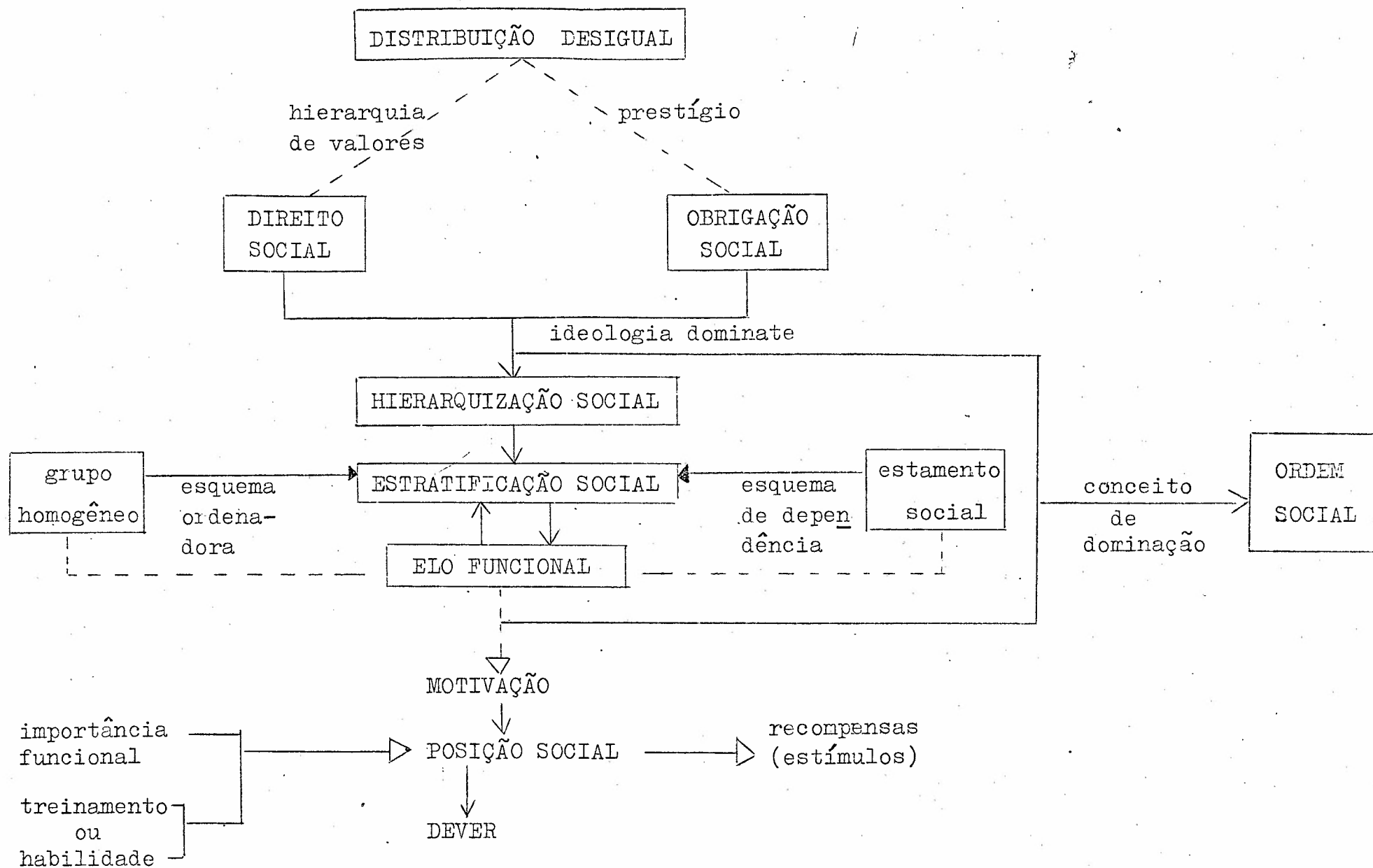
Convém notar, primeiro, que a atribuição da honra social é o resultado do estilo de vida ou a forma de como se ganha a vida (por exemplo, um guerreiro na sociedade medie -

(16) Porém, o conceito de mercado é mais ou menos restrito pois depende da sociedade em consideração. No caso de ser a sociedade capitalista, o mercado possui uma ampla gama de ofertas e de procura, isto é, nele tudo se vende e tudo se compra.

val) que se caracteriza pela forma como se apresenta e não como se consomem as mercadorias, isto é, não se caracteriza pelos bens materiais (17) e segundo, que nem sempre há uma conexão necessária entre partido e classe ou partido e estamento pois se a questão central da sociedade é a distribuição, o foco também central será a disputa em torno dessa distribuição. No fundo, é a questão da escassez de bens materiais, e não materiais da sociedade, que não solucionado, gerará algum tipo de desordem social e, o que, basicamente, permite em Weber a manutenção da ordem social é o seu conceito de dominação.

oOo

(17) Mas, por outro lado, se a sociedade estamental é extremamente estável, visto a fronteira que a demarca ser difícil de especificação porém fácil de diluir, a sociedade capitalista é dinâmica e não permite fixação de fronteiras. Por exemplo, as propagandas atuais, onde há um apego ao estamento, ao status, permitem certo dinamismo e transição entre classes sociais.



B) TEORIA MARXISTA

O terceiro tipo de teoria da estratificação social, a teoria marxista clássica, deriva de uma concepção estrutural - funcional e dinâmica de classes desenvolvida por Marx e Engels.

Marx enfatiza três aspectos do conceito de classes sociais: aspecto filosófico, econômico e histórico. Tendo em vista que o conceito de classes sociais é uma "categoria analítica", isto é, faz parte da estrutura social com a qual mantém relações específicas, conduz ao conhecimento das forças motrizes da sociedade e dos dinamismos sociais, ele, o conceito de classes, só adquire valor analítico como parte de uma teoria de classes.

Mas, além de ser um conceito analítico, a classe é um fenômeno real (o que lhe dá justamente o seu valor como um conceito analítico). E é, também, antes de tudo, uma categoria histórica visto as classes terem um conteúdo específico e concreto, de acordo com o momento histórico a que se referem.

Conforme essa teoria, as classes sociais mudam com o tempo: formam-se, desenvolvem-se, modificam-se à medida que vai transformando a sociedade. E também representam as contradições principais da sociedade. Elas são o resultado dessas contradições e contribuem para o desenvolvimento das mesmas (18).

(18) Stavenhagen, R. - "Estratificação social e estrutura de classe" in Velho (org) - Estrutura de classes e estratificação social.

A teoria marxista de classes sociais é uma teoria vinculada a três conceitos chaves: de exploração, de Estado e de contradição. O primeiro vínculo conceitual fundamental é o conceito de exploração, no sentido de apropriação por parte da sociedade do sobretrabalho produzido pela outra parte, isto é, uma parte menor da sociedade, os proprietários de meios de produção, torna-se apropriadora enquanto que a outra parte maior da sociedade nada possui desse sobretrabalho.

O segundo conceito é a noção do Estado. A sua presença nessa sociedade é marcada por dois fatos: primeiro, como "meio", como instrumento, como aparelho de coerção política da classe dominada e segundo, como relação necessária à exploração de classe pela classe.

O terceiro pressuposto conceitual é a noção de contradição, uma contradição que, ao se resolver, cria uma nova realidade em substituição à realidade presente.

No esquema conceitual, acima, existe sempre uma "ditadura" de uma classe sobre outras, o que não é sinônimo da existência de órgãos ditatoriais mas, sim, do fato de o poder político ser utilizado de uma maneira que mantenha a essência do sistema, que é a relação de exploração, sempre para uma classe e contra a outra, visto que no mundo capitalista a exploração se dá no âmbito do mercado.

Porém, caso aceitemos o esquema marxista, como ficaria então a necessidade de se dar conta das diferenças existentes historicamente entre os diversos Estados? É inegável que

existem certas diferenças entre os homens ou agentes na sociedade, algumas delas já apontadas pelas teorias funcionalista e weberiana, que não podem ser explicadas tão facilmente pela teoria marxista clássica. Então, como conciliá-las? Como um conceito, que sob certos aspectos é amplo e geral, como o de exploração pode dar-se conta das diversidades históricas? Afinal, o conceito de classes deve ser pensado universalmente ou só no mundo burguês propriamente dito? No mundo capitalista moderno, a forma de exploração adquire uma especificidade suficiente para "abrigar" um conceito tão específico ou o essencial é a exploração enquanto um fenômeno mais geral?

São autores tais como Lukács, Balibar, Poulantzas, Althusser e Giannotti (19) que tentam, baseados na teoria marxista clássica, responder estas vastas e inúmeras questões cada qual, sob pontos de partidas diferentes. É o que passaremos a examinar.

Para o autor Lukács (20), as classes sociais já estariam presentes, enquanto essências, nas sociedades pré-capitalistas, mas elas não se manifestaram enquanto tais pelo fato de o nível econômico estar velado pelo nível político-ideo-

(19) Ver referências no final do trabalho.

(20) Lukács, G. - "A consciência de classe" in Velho (org) - Estrutura de classes e estratificação social, p. 11-60.

lógico, fazendo daí surgir a noção de estamento e casta social. Não havendo no interior da sociedade um elo que unificasse os seus agentes sociais, a conexão entre eles era frágil.

A fragilidade era devida à não existência, em particular, de uma unidade econômica - que usualmente funciona como elo de ligação -, à não existência da figura do mercado, sendo o seu lugar ocupado pela unidade religiosa. Dado esse fato, de a unidade religiosa servir de elo de unificação dos agentes, percebe-se nessas sociedades uma tendência para formas predominantes de relações sociais.

Na sociedade capitalista é que se dissolve a forma de agrupamento político-ideológico e o econômico adquire a sua relevância, fazendo com que as outras esferas adquiram, por sua vez, uma desvinculação, uma separação aparente.

Se é uma separação aparente, as relações de classes, ainda que sejam sob noção de estamento ou de castas, não estariam em todos os planos? Não proporcionariam a todos os níveis econômico, político e ideológico da vida social? Ou, afinal, as relações de classes aparecem em "plena luz" só no capitalismo? Assim mesmo, ainda que no plano de produção "ver" classes seja descobrir classes, elas não saltam simplesmente aos olhos do observador. Para esse descobrir, seria preciso uma análise mais concreta que se torna difícil no plano político e mais difícil ainda no plano ideológico. Por isso, para Lukács, é necessária a emergência da consciência de classes. É a consciência que faz o descobrir de

classes.

Se, de um lado, nas sociedades pré-capitalistas, só era possível captar a consciência de classes que o materialismo histórico lhes atribuía (portanto, a consciência crítica não se destacava), do outro, é o capitalismo que permite a emergência de classes, com consciência de classes diversas que no primeiro momento era mais a nível da consciência psicológica. E, nessa sociedade, o confronto central é com a consciência da classe burguesa que obscurece a existência de classes.

Lukács trabalha inicialmente com a noção de classes em si e classes para si pois com elas não mais seria o "estar oculto" e específico do pré-capitalismo mas, sim, a "maneira de" da sociedade. Assim, baseando-se nessas noções, no capitalismo só a consciência de classe proletária é que pode adquirir a consciência de si que se dá somente na incorporação objetiva, e perceber a existência real de outras diversas classes.

É por esses motivos que o autor afirma que no capitalismo as classes que já existiam como essência em outras sociedades passam também à aparência. Porém, na sociedade capitalista, qualquer luta econômica para ser historicamente significativa deve, de um lado, possuir consciência de classe e, de outro, conectar os interesses imediatos e mediatos da classe, ou seja, "prática" de classe em dois níveis: econômica e social.

Se, por um lado, na explicação acima, Lukács faz uso da teoria da consciência de classe, por outro, um conceito fundamental para se entender a concepção de classes para outros autores é o conceito de "modo de produção". A eles, em primeiro lugar, a definição deste último está intimamente relacionada com a maneira de como se concebem teoricamente classes sociais (21). Em outras palavras, o econômico é pensado como a necessidade de se diferenciarem pensamentos tais como o posicionamento das pessoas, a relação delas no processo de produção, procurando, assim, diferenciá-los da concepção weberiana. E, em segundo lugar, a estabilização social, como a das sociedades pré-capitalistas, daria conta apenas das especificidades históricas da estrutura que se definiriam super-estruturalmente em contraste com as próprias classes pois nelas haveria apenas como que uma agregação de conceitos de estratificação social ao da estrutura de classes.

Desse modo, para esses autores, as teorias da estratificação anteriores devem ser criticadas mas, ao mesmo tempo, reconhecem que elas tratam de coisas efetivamente importantes e reais. Reconhecem também, implicitamente, que a concepção de classes fica restrita apenas ao nível econômico; porém, esse fato se deve à existência da estratificação em

(21) Para maior esclarecimento, ver o debate entre marxistas estruturalistas e marxistas de tradição hegeliana.

outros níveis e a razão dessa existência seria que a concepção de classes não poderia dar conta das outras representações do tipo ideológicas. Com isto, é visível a relação confusa entre a estrutura de classes e a super-estrutura: afinal, como se produz historicamente as fixações superestruturais? Qual a dinâmica de produção delas? Elas parecem permanecer inexplicáveis. E nessa obscuridade aflora outra questão fundamental: como ficam as relações entre a estrutura de classes e a estratificação social, caso não se pense o nível da produção e da reprodução como algo menos restrito?

O nível econômico não pode estar reduzido apenas ao nível da produção imediata. É necessário, por exemplo, passar pelo nível do mercado pois, de certo modo, os níveis infra e super-estrutura parecem estar desconexas como na concepção weberiana onde a estratificação social se relacionava sem uma explicação definida com a estrutura de classes, assim como os grupos estamentais e as castas com as classes. É o que os autores procuram explicar sob pontos de partidas diversas.

Para a linha althusseriana (22) não há, na verdade, um conceito de existência concreta na história que dê conta da ex

(22) Althusser, L. - "Sobre a relação de Marx com Hegel" in D'Hondt, J. - Hegel e o pensamento moderno. Porto, Rés, 1978. e, Althusser, L. - Para Ler Marx. RJ, Zahar, 1979.

plicação social e histórica (23). O que existe é um todo, uma combinação específica e singular. Assim, o conceito existe para se apreender uma formação social específica e nada mais' que isso. Por exemplo, o "conceito" modo de produção é uma combinação historicamente diferenciada de vários modos de produção sendo um deles o dominante. Nessa linha, também inexistiria a possibilidade de uma generalização de algo como "mais-valia"; ela não existe concretamente. É apenas um conceito, um instrumento utilizado para explicar a realidade que se torna algo como uma soma de particularidades.

É Poulantzas (24) quem aprimora essa última tendência teórica.

Para o autor existem dois tipos de objetos de estudo: um é o materialismo dialético que possui como seu objeto de estudo as teorias da ciência; outro é o materialismo histórico tendo como objeto de estudo a ciência da história, isto é, os fatos ocorridos. E, dentro do materialismo histórico, trabalha em dois polos: objeto de estudo abstrato-formal e objeto de estudo real-concreto.

(23) Althusser, no tocante à questão da produção de conceitos, divide a mesma em dois polos: ideológica e científica.

Para o autor, a ideologia produz conceitos falsos enquanto que a ciência produz conceitos verdadeiros.

(24) Poulantzas, N. - As classes sociais no capitalismo de hoje. RJ, Zahar, 2ª edição, 1978.

Os abstratos-formais são basicamente conceitos que não possuem uma realidade empírica imediata mas, sim, a teórica. Ou seja, são conceitos que não possuem existência concreta tendo apenas uma existência teórica como, por exemplo, o conceito modo de produção. E, os reais-concretos correspondem à tentativa de se estudar a história na sua forma singular, tomando-se o singular no sentido de unir as partes.

O conceito modo de produção é concebido como uma articulação de três instâncias: ideológica, econômica e política (jurídica) cada uma com a sua legalidade própria. Porém, essas três instâncias em si só não constituem ainda o modo de produção. O que permite a sua ocorrência é a articulação, a combinação delas. E, dada a combinação, as instâncias perdem suas legalidades pois cada uma delas passa a sofrer fluxos das outras, isto é, a sobredeterminidade das outras.

Essa combinação se dá através de dois níveis: nível de determinação e nível de dominação em última instância. É a combinação que determina a matriz principal do modo de produção. Isto porque, segundo essa corrente, a instância econômica é a predominante e é ela quem domina o modo de produção e pode também determinar o nível próximo a reger o mesmo. Assim, quando se diz que o nível de combinação é a determinação em última instância significa que o econômico, em última instância, determina a matriz da estrutura do modo de produção. Em outras palavras, quando se pergunta o que faz com que numa sociedade uma determinada instân

cia seja dominante, a resposta é porque a estrutura da instância econômica determina, em última instância, a dominação.

E, por outro lado, o que distingue um modo de produção do outro e, conseqüentemente, determina o modo dominante é a matriz; ou seja, a forma específica de articulação das três instâncias. Por exemplo, se a instância econômica (25) existe em todas as sociedades tornar-se-ia possível se pensar 'no econômico em geral e traçar teorias particulares as quais permitiriam, no interior do materialismo histórico, tomar um modo de produção particular e específico. Assim, o econômico seria o determinador, em última instância, na medida em que determina qual a instância a ser dominante no arranjo de um modo de produção específico (26).

(25) O mesmo raciocínio vale para outras instâncias.

(26) Segundo essa linha de raciocínio, Poulantzas vê a possibilidade da realização de teorias regionais de algum dos níveis em separado, segundo o seu mecanismo individual. Porém, para tal, seria necessário um nível de abstração extremamente elevado. Assim, seria mais viável um estudo de um modo de produção específico, isto é, um modo de produção articulada e a dominação de um modo na comunidade dada. Porém, se os modos de produção se articulassem entre si não seria mais "modos de produção" mas, sim, a formação social que é a articulação, a combinação de vários modos de produção.

Assim, o objeto abstrato-formal não existe propriamente na realidade. Ele é apenas um meio, um instrumento para a produção teórica. O que existe é a formação social que é todo social, toda história no momento da sua existência. Portanto, o objeto real-concreto, ou seja, a formação social é uma singularidade histórica, tomando-se singularidade no sentido de originalidade e não de universalidade. E essa singularidade consiste em ser a condição específica de vários modos de produção. Assim, não existe nada concreto; tudo é singular. Apenas são concretos os específicos dados. Por exemplo, o que se chama de "mais-valia" é uma abstração de casos específicos tais como lucro, renda, etc., e a explicação dessa originalidade chamada mais-valia é dada através da articulação do modo específico.

O que existe no real, então, são as formações sociais constituídas historicamente sempre em três instâncias já descritas cada qual com as estruturas próprias. Isto significa que existe uma autonomia relativa entre elas (no lugar de legalidade no abstrato-formal). Relativa justamente em virtude da conexão entre si e também passam a existir dois tipos de relação entre elas: a de dominância e a de determinação ! em última instância.

Poulantzas faz, posteriormente, uma distinção entre a estrutura (instância) e as relações sociais.

Numa sociedade, as suas relações "puras" são desestruturadas, tornando-se assim informes. O fator que possibilita a transformação delas numa prática de classes, no sentido de uma estruturação das mesmas, é o efeito das estruturas (ins-

tâncias) que, por sua vez, são apenas construções teóricas. Assim, a prática só se faz presente pelos efeitos estruturais da variação de um modelo de modo singular. Ela é efeito porque a variação concreta é entendida apenas a partir da construção teórica, no caso, as estruturas (27). Portanto, as práticas de classe são os efeitos do conjunto articulado de estruturas sobre as relações sociais e essas práticas variam dentro dos limites impostos pelas estruturas. Mas, por outro lado, é a presença da prática de classe quem determina esses limites e ela própria não os ultrapassa (28).

Só assim podemos pensar em classes sociais: como efeito das matrizes sobre as relações sociais que são, por sua vez, delimitadas pelas instâncias. É a noção de causalidade em Pulantzas: esses efeitos são das estruturas "ausentes", mas o seu conjunto é a classe social.

(27) É o que Althusser diz: "a estrutura só está presente pelos seus efeitos na variação concreta". Ver Althusser, L. - Posições 1. RJ, Graal, 1978.

(28) Tomando-se como exemplo a sociedade feudal, vemos que, pelo fato de serem as classes determinadas pelo estamento, a instância dominante é a instância política. Assim, no feudalismo, a estrutura jurídico-política é fundamental para a prática social. Esta noção da prática é, na verdade, uma forma de se explicar a relação social.

Nessa linha de raciocínio, vemos que para Weber a instância dominante é a instância econômica, em especial o mercado pois, o mundo é movido pelos interesses as quais estão simbolicamente movidas pelas idéias (ver Weber, M. - A ética protestante e o espírito do capitalismo) e, para Lukács é a instância ideológica (ver Lukács, G. - "A consciência de classe").

Quanto à questão de número de classes existentes numa sociedade, ela é explicada pelo modo de produção dominante. Por exemplo, o modo de produção na sociedade capitalista é a combinação basicamente de duas classes sociais: burguesia e proletariado. As demais classes existentes são, para o autor, resultado do fracionamento dessas classes básicas.

Para Poulantzas, o que importa é que todas elas - classes, frações de classes, categoria de classes - são efeitos do conjunto articulado da estrutura determinada sobre as relações sociais. Porém, o que permite detectar a força social de uma classe numa conjuntura é uma certa autonomia que a classe possui num plano político, uma autonomia que não lhe permite diluir-se.

Poulantzas explicita estas questões no livro *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* onde o objeto de análise são as práticas de classes. Para este autor, falar da prática é o mesmo que falar do processo de transformação dinâmica da sociedade. Na intenção de tornar as relações sociais como práticas de classe, o autor analisa não as práticas inter-individuais mas, sim, as de um conjunto de agentes. E, se a estrutura delimita as práticas, o que Poulantzas denomina como sendo classes são, na verdade, essas delimitações. Nesse livro, coloca-se uma ênfase maior no plano econômico (ver item Introdução) sem deixar de atribuir certa relevância aos demais planos. Mas, apesar da ênfase verificamos que não há nenhuma possibilidade de "fechar-se" (29) a instância econômica pois nela própria já existe certa ar-

articulação das outras instâncias. E, à medida que se caminha da infra para a super-estrutura, ocorre um enfraquecimento das instâncias em virtude de o sistema ser gradativo. Uma possível reestruturação, na medida em que se distribuem os papéis nos planos estruturais (30), não se torna possível ; porém, já não existem mais instâncias fechadas conectando entre si.

A palavra-chave que delinea a idéia do autor é constitutivamente (31). Visto que as relações econômicas não têm condições de se manterem sem outras relações políticas e ideológicas, tornam-se inconcebíveis relações puramente econômicas. No fundo, é a questão da "delimitação estrutural": de um lado, constata-se a não existência de estruturas puras porque são categorias teóricas, articulações das estruturas teóricas, e, por outro, as estruturas não são aleatórias. Elas variam dentro da formação social e essa variação possui limites (32). Se a análise estrutural só pode explicar os limites da variação, é a conjuntura quem fornece uma situação

(29) Fechar no sentido de não sofrer influências de outras instâncias.

(30) No outro livro, Poder Político e Classes Sociais o autor fechava esta questão justificando-se pela presença da "autonomia relativa" das três instâncias. Aqui, já não figura essa autonomia.

(31) Poulantzas, N. - As classes sociais no capitalismo de hoje, item 9.1 .

(32) É a idéia de Lévi-Strauss, de se tomar a estrutura como modelo dentro da qual varia a formação social. Ver Lévi-Strauss, C. - Análise estrutural. RJ, Zahar, 1967.

concreta. Ou seja, a conjuntura é a variação estrutural concreta, variação no interior da estrutura. É a conjuntura a relação concreta da prática de classe dentro dos limites estabelecidos pela estrutura social num dado momento histórico.

Em Balibar (33) a estrutura econômica também é pensada como uma combinação. Porém, os fatores e as formas de combinação' diferem do apresentado por Poulantzas.

Para Balibar, em qualquer sociedade, a estrutura econômica é a combinação de três elementos gerais presentes em qual - quer modo de produção: trabalhadores, meios de produção e não-trabalhadores. Esses elementos relacionam-se e combinam -se entre si através de suas relações: de propriedade e de apropriação real. A relação de propriedade se dá entre todos os três elementos. Por exemplo, na sociedade feudal, a terra pertence aos não-trabalhadores - relação de proprie- dade e os meios de produção dos trabalhadores -relação de apropriação real; na sociedade capitalista, os não-trabalha- dores são proprietários dos meios de produção e os trabalha- dores não o são, mas isto não significa que os primeiros se jam também proprietários dos segundos. Para os primeiros, a relação de propriedade significa, na verdade, uma relação de controle dos mesmos sobre os meios de produção. Mas tanto o

(33) Balibar, E. & Althusser, L. - Para leer el Capital. Mé xico, Siglo Veintiuno, 1970.

objeto quanto o instrumento de trabalho são controlados pelos trabalhadores, isto é, a dinâmica da produção depende dos trabalhadores, sugerindo assim uma relação de apropriação real (34) dos mesmos por parte dos trabalhadores. Mas, o fator legitimador dessas duas relações é o fator domínio político que nelas penetra, preservando o domínio dos não-trabalhadores em relação aos trabalhadores.

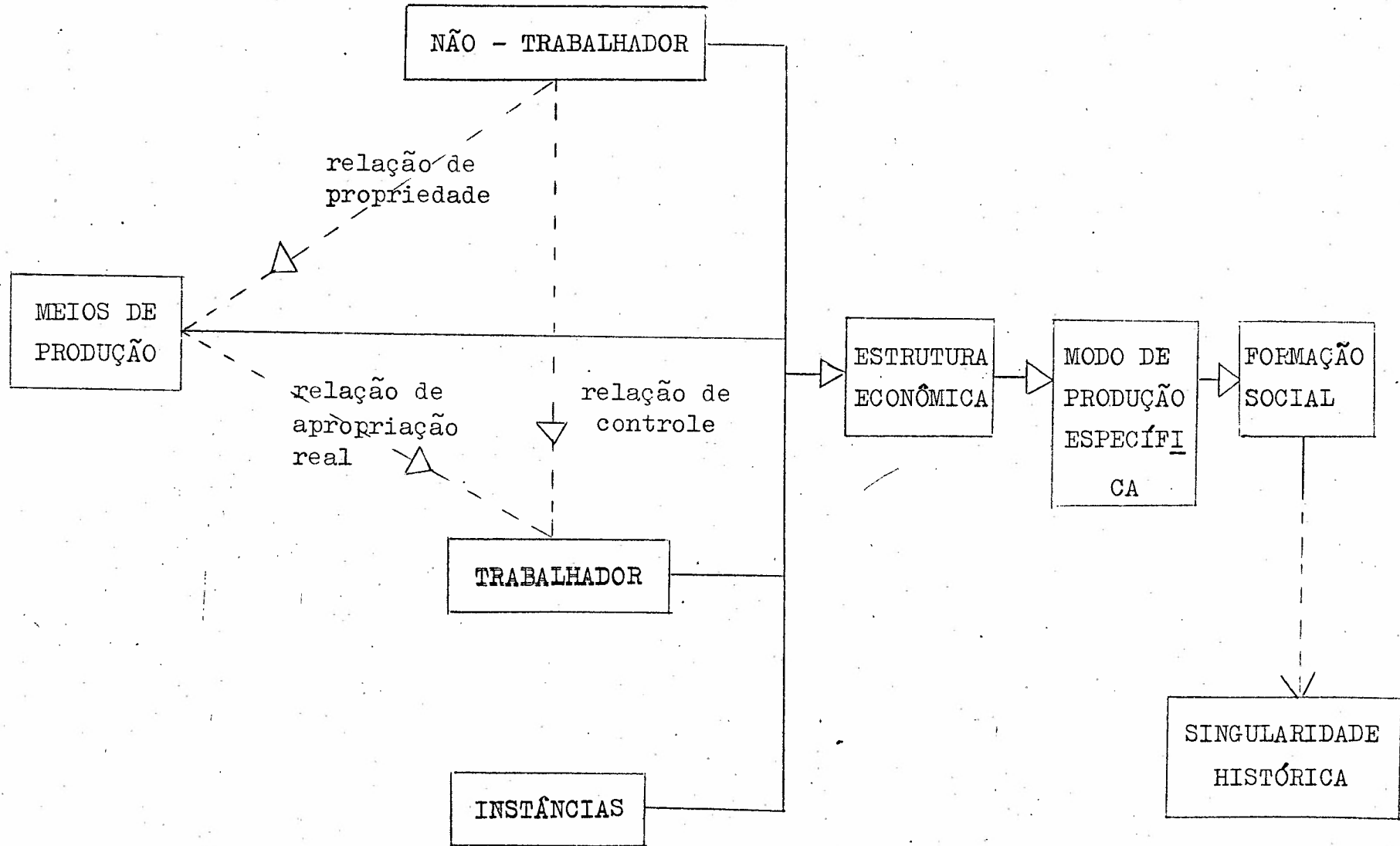
A articulação desses três elementos é que determina a especificidade do modo de produção. Porém, essa mesma articulação depende da articulação das duas relações acima resultando assim num complexo arranjo de combinações. São esses três elementos e duas relações que formam a estrutura econômica e sua combinação faz com que haja grande variação de matrizes de diversos modos de produção. Em outras palavras, a combinação específica dos elementos é que expressa a existência de um modo de produção específico resultando daí a possibilidade de existência de outros vários modos de produção, alguns, inclusive, inexistentes ainda. Por exemplo, no caso do feudalismo, seria a combinação específica do econômico que determinaria o nível político ou ideológico, sendo estes os dominantes. E a ex

(34) Porém, em nenhum momento aparece o produto final pois só se trata dos três elementos que compõem a relação já que o modo de produção é pensado como a combinação dessas relações.

propriação só se poderia concretizar com essa complementariedade necessitando, em geral, do uso da força, visto o servo possuir os meios de produção. No capitalismo, a articulação específica da estrutura econômica faz as outras instâncias dominarem, isto é, uma ou outra instância predomina sobre as restantes, ocorrendo uma hierarquização das mesmas.

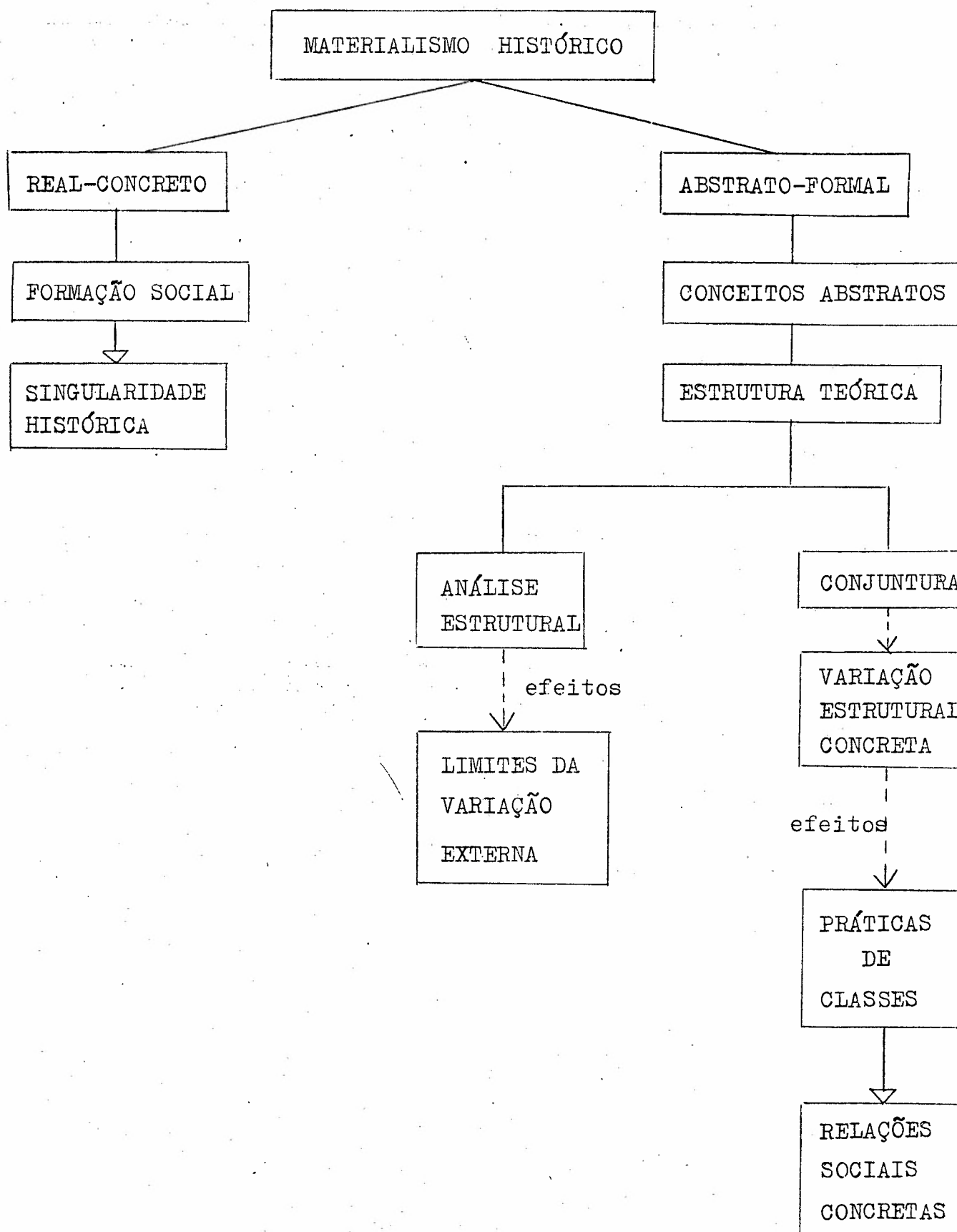
A preocupação de Balibar é traçar um modelo teórico que, dependendo da forma de "articulação", seja possível determinar um modo de produção geral. O seu modelo pode ser representado como segue.

(folha seguinte)



(este modelo é possível porque Balibar, assim como em Poulantzas, faz uma "abstração teórica" do objeto de estudo)

MODELO SIMPLIFICADO DE POULANTZAS



Giannotti (35) demonstra que as duas relações descritas por Balibar, na verdade, são inter-relações dependentes: uma faz parte da outra e uma implica na existência da outra. Para tal, Giannotti trabalha com conceitos de processo de trabalho e processo de valoração (36).

O processo de trabalho é composto por dois elementos: trabalho e meios de produção. Em primeiro lugar, distingue-se o trabalho humano do trabalho animal. No trabalho animal, o trabalho é genericamente dado, isto é, não há um anteprojeto; portanto, o produto do trabalho nunca é igual pelo fato de ser êmbrio. Mas o trabalho humano requer, de um lado, a subjetividade humana e, de outro, a objetividade do produto. E somente desse modo poderemos pensar que algo é produto do trabalho humano e não um produto da natureza.

Assim, a conjugação da atividade humana dirigida a um fim, (levando-se em conta que é o trabalho e não o trabalhador) com uso do instrumento e objeto de trabalho, o homem dará início a um processo de trabalho.

Dado esse processo que é, no fundo, um processo de transformação pela atividade humana, o seu resultado será sempre um produto, de caráter geral do valor de uso. E esse produto é exterior à atividade humana.

(35) Giannotti, J.A. - "Notas sobre a categoria 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos" in Estudos Cebap nº 17, 1976.

(36) Ver a Parte I do presente para maior detalhamento, em que há referência sobre o capítulo 5 d' O Capital.

Poder-se-ia, então, perguntar o que faz com que o produto seja distribuído, dado esse caráter de externalidade, e o que faz com que uma parte dele seja entregue ao "senhor" ? Será possível pensar essa distribuição como de antemão esta belecida? Caso sim, de que depende?

Para o autor, depende da mediação, isto é, depende do re - conhecimento social a relação que é mantida entre produtores e não-produtores. Esse reconhecimento social implica em ver se um produto é ou não posse, propriedade de outrem pois a categoria posse ou propriedade depende do reconhecimento so cial.

Assim, a distribuição depende das relações sociais - em que, segundo Marx, dependendo da distribuição inerente ao processo de produção, se pode reconhecer o processo de traba lho. Nêsse sentido, pelas formas das quais se desenvolvem ' as forças produtivas se reconhece o processo produtivo.

Desse modo, o ponto de partida é a distribuição dos meios de produção na sociedade capitalista: capitalista de um lado e trabalhador do outro, de modo que a sociedade societária ' seja constantemente reproduzida. Assim, o ponto de partida' passa ser o ponto de chegada, ou seja, a reprodução constan- te do pressuposto inicial, pois qualquer fenômeno social de ve ser pensado do ângulo de sua reprodução; se é reproduzido, como, ou não.

Nessa linha de raciocínio, as relações de produção não são

nada mais do que o conteúdo das relações sociais, ou seja, as relações de produção nada mais são do que formas sociais.

A mera apropriação faz parte, numa sociedade, das relações de propriedade. Nesse contexto, o modo de produção é um processo de reprodução da vida social que se caracteriza pela forma inicial do mesmo (37). Mas as relações entre os homens não se mantêm por inércia; os fenômenos sociais só se mantêm caso haja um processo constante de reprodução. O pressuposto desse processo é aquilo que em seu fim é posto ou repostado por ele mesmo. Em outras palavras, em um modo de produção produzem-se as próprias condições para a sua reprodução resultando daí um círculo. Porém, convém notar que existe diferença entre o processo de reprodução e o processo de constituição do sistema, por exemplo, da vida urbana.

Na teoria funcionalista e weberiana, além da conexão necessária entre os grupos sociais na manutenção e transformação da ordem social, surgia também a questão da colocação e participação dos indivíduos nesses grupos. Nessa questão a variável motivação ganhava a importância, pois, no fundo, o que é importante é a colocação dos atores sociais, a própria diferenciação entre as posições sociais, a seleção entre os diversos agentes, a qualificação e, como os indivíduos são

(37) O que está em jogo aqui é que os fenômenos sociais não têm "massa", ou, como diz Poulantzas, são "informes". Em consequência, dada essa inexistência de forma, eles, para se manterem, devem se reproduzir constantemente. Ver o capítulo 21 d' O Capital.

motivados para assumirem determinadas posições nos diversos grupos. Na verdade, pela teoria funcionalista trata-se de pensar na diferenciação do prestígio, poder e renda, isto é, a estratificação, como uma necessidade da própria sociedade que, para sobreviver, necessita alocar diferentemente os agentes individuais. Classes sociais são, assim, o próprio resultado da dinâmica da disputa entre os atores individuais.

De certo modo, é a própria concepção liberal do capitalismo concorrencial o que está por trás dessas duas teorias: na teoria funcionalista, a questão fundamental é saber como a sociedade é capaz de se transformar historicamente apenas através da progressiva diferenciação de funções mas, sem rupturas, algo como um "evolucionismo" presente em Durkheim e, na teoria weberiana, a concepção de que todas as pessoas podem ascender ou descender na hierarquia social na medida exata de seus esforços pessoais.

A linha althusseriana encara o modo de produção como uma combinação entre as três instâncias, e a sua forma de articulação a caracterizaria como modo de produção específico. Com a presença de duas relações: a de dominância, a qual dá o ritmo, a dinâmica, e a de determinação em última instância, essa linha teórica sente a necessidade de uma análise mais íntimo do próprio "econômico". É aqui que se insere Balibar. O seu conceito fundamental é o de causalidade estrutural, ou reconhecimento da existência apenas dos efeitos, onde há radical distinção entre objeto de conhecimento e objeto real visto que a transição de um modo de produção

ao outro ao nível da construção teórica só pode ser pensada como uma variação dos elementos; visto que essa transição só ocorre historicamente, concretamente no plano da forma -
ção social.

Poulantzas segue essa linha. Porém, diferentemente de Balibar, o seu conceito de causalidade estrutural é devido à abstração do modelo teórico. Para Poulantzas, de um lado, não existem relações de classes pois as vê como relações abstratas sendo cada relação uma variação do efeito estrutural da sociedade; e, de outro, a prática de classe é a ação social. Com isso, o que está presente é efeito daquilo que está ausente. Assim, para Poulantzas a teoria serve como modelo de algo que não existe e só é percebida pelos seus efeitos. Do mesmo modo, a transformação da sociedade se diferencia da transição: a transformação ocorre no plano teórico enquanto que a transição só ocorre no plano concreto. A transição é a alteração da hierarquia social; é a rearticulação dos modos de produção. Assim, a transformação é algo de imediato enquanto que a transição é algo de mediato.

Decorre daqui a crítica básica do Giannotti. O modo de produção, em Poulantzas e Balibar, é um pressuposto dado: para o primeiro, é o "predicativo do objeto", a lógica da teoria; para o segundo, é a "individualidade do objeto", como algo já pronto, como o específico. Eles concebem "modo de produção" como uma justaposição das relações, o produto escondendo o processo da produção, isto é, o produto final en

cobrando como ele passou a ser. Por exemplo, a quantia sa lário: é a forma salário que esconde o processo através do qual ela emergiu, ou seja, o processo de exploração.

Não são as instâncias ou relações de propriedade e de apropriação real - que estão, na verdade, imbricadas umas nas outras, descritas por Balibar - que fornecem um objeto concreto. Deve-se pensar no modo de produção como um processo mais complexo onde a distribuição do produto seria a face exterior de uma distribuição interior do próprio modo de produção que é a base de todo o processo: re lação forças produtivas versus relações de produção.

Assim, para Giannotti, "não importa o que, mas como", co mo se torna "objeto".

Em primeiro lugar, o objeto em si interessa, ao autor , não como algo dado mas, sim, como o processo que o tornou' objeto; o processo através do qual se reproduz e se repõe como objeto. Em segundo, não lhe interessa como pressuposto, mas como o processo de objetivação, processo através ' do qual o objeto (que era produto para o autor) se torna' efetivamente objeto, se constitui como objeto. E, em terceiro, interessa o pressuposto que faz dele um processo, um movimento de reprodução, movimento que valoriza a si mesmo.

Só com esses enfoques a lógica do objeto que possibilita conectar a articulação das relações permitirá o objeto se individualizar enquanto entidade social; só assim, o fenô-

meno social visto apenas como resultado tenderá a ser naturalizado, como algo sempre existente.

Por esses motivos é necessária uma análise do processo, de como chegou a ser o que é e de como continua a ser o que é visto que as conexões tentam seguir um movimento e esse movimento é o que lhes fornece o aspecto concreto das formas. Por exemplo, o capital, ao se defrontar com uma sociedade específica, "transforma-se" de abstrato em concreto e, nesse movimento de transformar-se, ele particulariza-se. Ele não apenas absorve e transforma as relações com as quais se defronta mas, também, ele próprio se altera nesse processo. A absorção, então, é criativa. E, além disso, o capital se transforma através da oposição consigo mesmo, com a sua própria massa de exploração, através da luta com o trabalho. Assim, "o real não reside nem no início, nem no fim" visto o próprio não mostrar o processo da reprodução, não caminhar a sua trajetória.

O ponto final do processo assim como da sua condição inicial, de seu pressuposto, é a própria produção. Assim, "geram-se formas novas". Mas o pressuposto da forma nova não é idêntica do pressuposto da forma anterior; o próprio "pressuposto" também vai se alterando historicamente, porém, há de ficar claro que não se trata de reproduzir o pressuposto do momento presente mas, sim, a criação do pressuposto do momento futuro.

É aqui o momento também de incluir-se de maneira mais explícita a noção de contradição: o momento futuro não é

equivalente ao presente, mas o próprio desenrolar da "contradição" cria um momento novo que é igual ao anterior sob certos aspectos. Por exemplo, a produção unilateral em um sentido que é determinado pela própria relação de produção, tal como revolução tecnológica que é constante no capitalismo, crescimento da produção, etc..

Com essas noções de transformação e de contradição, não teria sentido, para Giannotti, a distinção entre a formação social e o modo de produção se um for pensado como o concreto e outro como o conceito abstrato utilizado para apenas apreendê-la. A diferenciação poderia existir caso a formação social fosse pensada como uma particularização histórica do processo inerente ao modo de produção.

Assim, para Giannotti, estão, de um lado, em jogo o processo e o modo de como ele aparece (38) e, de outro, existe um núcleo gerador da realidade, da efetividade (ou, a forma de "aparecer") ao mundo do "aparecer".

oOo

(38) Daí a necessidade da ideologia pois, para Giannotti, a ideologia diz o que é e ao mesmo tempo esconde as representações.

A FORMALIZAÇÃO ESTRUTURAL DA ORGANIZAÇÃO DE
TRABALHO

CAPÍTULO 6 : A FORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

Os homens, na sociedade, exercendo uma atividade produtiva ou social, são o pressuposto básico em qualquer época histórica.

Esse pressuposto é o comum, porém, o indeterminado que pode ser localizado em qualquer época.

A sua especificidade aparece historicamente dependendo da relação ou, do caráter que o homem mantém com a natureza. Isto porque, em primeiro lugar, o processo de trabalho em si é de caráter a-histórico pois trata-se de uma abordagem não apenas de um modo de produção específico mas, também, do geral; e, em segundo lugar, o processo de valorização, isto é, a relação homem-homem, é de caráter de sociabilidade.

De modo geral, pode-se dizer que a emergência universal do trabalhador livre ocorre com a universalização de mercadorias. Pode-se entender esse termo "livre" num duplo aspecto : num aspecto positivo, o desvinculamento com os laços feudais, e num aspecto negativo, o desprovemento de qualquer meio de produção a não ser a sua própria força de trabalho.

Em termos de mercadoria, Trabalho e Capital, percebe-se uma relação de igualdade e de liberdade entre o trabalhador livre e o capitalista. Estas relações são relações que se

estabelecem à nível individual: é uma igualdade de um perante outro; é uma liberdade de um frente a outro, isto é, tanto um como outro dispõem livremente de suas "propriedades".

Examinado as duas esferas mais significativas da economia, vemos que na esfera da circulação (1) tanto o trabalhador livre quanto o capitalista são apenas proprietários de mercadorias sendo, portanto, livres e iguais, e cada qual atuando conforme seus interesses. Já na esfera da produção, a liberdade e a igualdade se restringem pois a produção (2) não é apenas uma produção particular mas é sempre um corpo social, sujeito social que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos de produção.

É necessário desenvolver uma relação entre as determinações gerais da produção, num dado grau social, e as formas particulares da produção. Ou seja, existem determinações gerais, comuns a todos os graus de produção que são fatores abstratos e constituem as chamadas condições gerais de toda

(1) Ver Marx, Item 3 do capítulo 4 d' O Capital, p. 196.

Aqui, o pressuposto da separação do Trabalho e dos meios de produção (que é o pressuposto histórico) é necessário para entender essa liberdade e igualdade no mercado. Pois sem esse pressuposto não há como o "dinheiro se transformar em Capital" (porém, em nenhum momento se pensa na "reprodução" desse pressuposto. Isto só ocorre no capítulo 21 do mesmo).

(2) Há distinção entre produção em geral, ramos de produção particulares e totalidade de produção. Ver Marx, K. - "Introdução à crítica da economia política".

produção e que não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção.

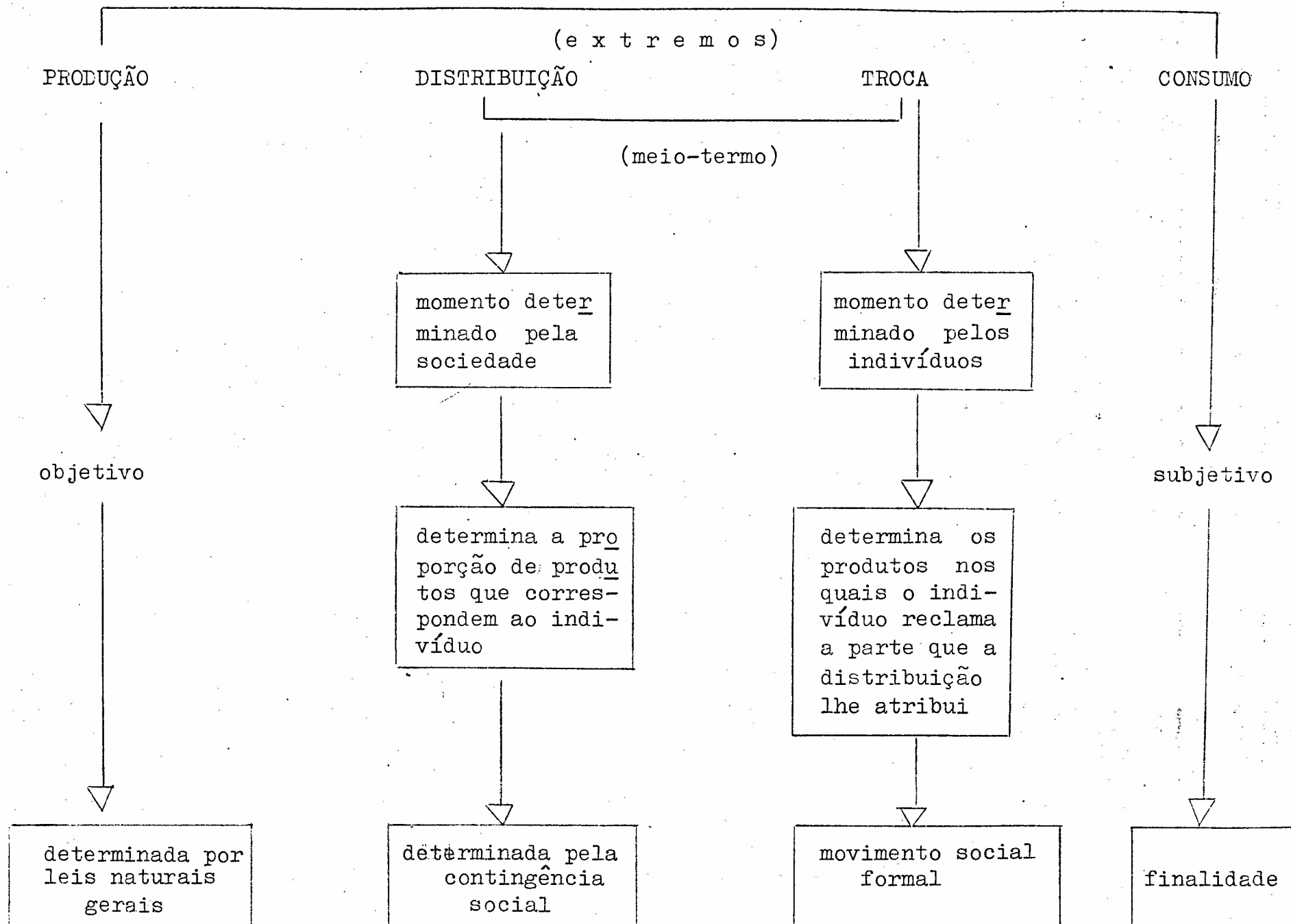
Examinando a relação geral entre produção e consumo, distribuição e troca (3), vemos que o fator produção cria os objetos que correspondem às necessidades humanas; na distribuição, reparte-os de acordo com as leis sociais; na troca, reparte de novo o que já estava distribuído segundo a necessidade individual, isto é, fornece ao indivíduo os produtos' particulares em que queira converter a quantia que lhe coube pela distribuição, e, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual.

Entre a produção e consumo existe uma dupla identidade : quando a produção é consumo, ocorre um consumo produtivo, ou seja, o indivíduo ao produzir gasta suas faculdades e consome meios de produção. Portanto, em todos os seus momentos, o ato de produção é o ato de consumo; quando o consumo é imediatamente produção ocorre uma produção consumidora.

(3) Marx, K. - "Introdução à crítica da economia política", pp. 207 a 217.

Na primeira identidade, o homem se coisifica e na segunda, a coisa criada por ele se personifica. Ambos, consumo e produção, existem por mediação do outro. Do lado do consumo, o produto não se torna produto efetivo senão no consumo, e o consumo cria a necessidade de uma nova produção, cria o im-pulso da produção de forma subjetiva, isto é, reproduz a ne-cessidade. Do lado da produção, a produção em si cria o consumo fornecendo-lhe, primeiro, o objeto e, segundo, cria' o consumidor na medida em que determina o caráter do objeto criando não somente o objeto mas, também, o modo de consumo. Ou seja, não só objetivamente mas também subjetivamente. As-sim, a produção não só fornece um objeto à necessidade, mas também cria a necessidade ao objeto material criado; cria ' não somente um objeto para o sujeito mas, também, um sujeito para o objeto.

Desse modo, na esfera da produção, o consumo individual é a condição da reprodução do Capital. Ele é a condição funda-mental na reprodução do sistema onde o salário individual é o fator variável nessa reprodução pois o seu conjunto volta' ao capitalista sendo a circulação e produção vistas como eta-pas sucessivas.



A liberdade existente do ponto de vista da circulação se transforma em constante desigualdade na esfera da reprodução, isto é, na esfera da produção. Assim, a circulação e a produção podem ser vistas como etapas sucessivas.

Tendo em vista a transformação dos fatores na medida que há consumo (4), a produção é entendida como sendo um processo contínuo, e a relação, que era um produto do pressuposto histórico, torna-se agora uma condição da reprodução de um dado momento histórico.

No âmbito da reprodução, já não são os agentes individuais que se conectam entre si, mas são as classes sociais os agentes conectantes. Isto não significa que a oposição entre o plano pessoal e o plano social (ou societário) seja uma oposição simples do tipo uma eliminar a outra.

Se no plano pessoal existe liberdade e igualdade, paradoxalmente, no plano social existe escravidão e desigualdade pois o trabalhador é "escravo" do Capital antes mesmo da sua decisão em vender ou não a sua força de trabalho. Pode, no máximo, decidir quem pode ou não ser seu patrão, ou seja, escolher a quem se vender; porém, o trabalhador não

(4) Ver o capítulo 21 d' O Capital, p. 672: "embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição adquire certos caracteres novos".

possui a liberdade de decidir se vende ou não a sua força de trabalho. Portanto, a igualdade no plano pessoal é apenas uma igualdade de relação jurídica a nível contratual. Assim, apesar dessa aparente contradição, os dois planos pessoal e social em si não o são (5).

O possuidor da força de trabalho e o portador de dinheiro' encontram-se no mercado e entram em relação um com outro como detentores de mercadorias, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro, o comprador, sendo ambos, juridicamente, pessoas iguais. Porém, para transformar dinheiro em Capital, o possuidor de dinheiro deve, primeiro, encontrar o trabalhador livre no mercado. Livre em dois sentidos: o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização da sua força de trabalho, não tendo além dessa outra mercadoria para vender.

(5) É a questão do "fio invisível" do capítulo 21 do mesmo, p. 667: "o trabalhador assalariado está preso a seu proprietário por fios invisíveis. A ilusão de sua independência se mantém pela mudança contínua dos seus patrões e com a ficção jurídica do contrato". Esse fato se traduz também na aparente contradição da fórmula geral de troca discutida na Parte I do presente.

O próprio funcionamento do processo de produção compele a esse encontro, não sendo mais o "acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador" (6).

Assim, a vontade que era a capacidade prática de particularizar-se numa coisa, na concepção dos filósofos do século XIX, torna-se uma vontade autônoma equivalente à pessoa, na relação contratual de troca que se dá como o ato da vontade entre duas pessoas.

Conseqüentemente, o direito, antes de ser um sistema de normas enunciadas, está inscrito na trama das ações, na qualidade de pressupostos de algumas delas (7).

A relação homem-homem, homem-natureza pode gerar um objeto, um valor capaz de emprestar um conteúdo à essa relação jurídica implícita.

Se a relação jurídica, na verdade, espelha uma relação econômica, ela veda seu confinamento histórico e, em tese, quem garante esse contrato entre as partes é o Estado que aproveita desse crédito (do trabalhador ao capitalista) para regular certas normas.

(6) Ver Marx, K. - O Capital, pp. 189 e 672.

(7) Ver Giannotti, J.A. - "Sobre o direito e o marxismo" in Crítica do direito. SP, Liv. Ciências Humanas, 1980.

O mercado é o terreno da liberdade, igualdade e segurança à propriedade individual; porém, faz-se necessária a existência de uma desigualdade funcional como fonte da circulação ampliada.

Se o mercado (8) se faz presente como forma elementar do sistema capitalista onde o dinheiro nada mais é do que uma mercadoria especial, essa mesma mercadoria figura no sistema ao invés de uma análise do comportamento de troca, como um objeto que serve para a individualização das condutas e dos próprios agentes; um objeto de uso e, ao mesmo tempo, um objeto dotado de valor.

É a partir dessa inversão dupla do caráter dinheiro que a norma jurídica do plano social e pessoal revela e esconde, ao mesmo tempo, a relação de desigualdade.

Se existe uma "desigualdade funcional", o Estado faz parte dessa desigualdade, ou melhor, consente essa desigualdade.

Na medida desse consentimento, o Estado passa a ser visto como uma "condenação material" de uma relação de forças entre classes e frações de classes (9). Portanto, há a ne

(8) Especificamente no capítulo 4 d' O Capital.

(9) Poulantzas, N. - Poder político e classes sociais. SP, Martins Fontes, 1977.

cessidade em se mostrar que o Estado que aparece como defensor de "interesses gerais", na verdade, é a expressão necessária de uma relação de classes; que é o Estado de uma classe. Poulantzas vincula esse fato à forma deste Estado, à circulação mercantil, isto é, à relação entre fetichismo da mercadoria e fetichismo jurídico. É fetichismo da mercadoria quando a relação entre pessoas se expressa em uma coisa como se fosse a característica natural entre elas (coisas), por exemplo, o valor de um bem "x" passasse a ser um atributo natural de "x", como se fosse ela, em si mesma, determinasse o seu valor. Assim, na produção do valor emergiria o fetichismo da mercadoria e, na realização do valor, emergiria o fetichismo jurídico.

Numa relação de troca, tendo como sujeitos de troca os indivíduos "A" e "B" e detentores de objetos "x" e "y", respectivamente, o ato de troca se realizaria em "x" e "y". Assim, ao dizer que a mercadoria "x" é igual a mercadoria "y" estão-se subordinando as diferenças quantitativas entre esses objetos.

A relação de troca comporta necessariamente uma forma e um conteúdo onde se toma em consideração não mais o ato de troca, mas o que é trocado.

Levando-se em conta as características naturais dos objetos e as necessidades das pessoas (o sujeito "A" possui "x" mas deseja "y", o indivíduo "B" possui "y" mas quer "x"; isto seria o que fundamentaria a troca), deve-se admitir a existência de pessoas de vontades livres dispostos a se deses

pendere de objetos seus para tomarem objetos de outrem. Aqui, está implícita a aceitação, o reconhecimento da propriedade de coisa pela pessoa com quem se troca. O ato de troca seria, assim, também algo relacionado, como resultante do exercício da liberdade dos sujeitos envolvidos na relação, sujeitos como pessoas capazes de manifestarem sua livre capacidade da escolha. Porém, para dizer que o indivíduo "A" ou "B" estão podendo escolher ou não, seria preciso deixar de lado a divisão social de trabalho, o que obviamente não faz sentido. Na realidade, o indivíduo é obrigado a efetuar a troca para sobreviver e a divisão social de trabalho possibilita a troca como condição da própria sobrevivência desse indivíduo. Isto se expressa mais claramente numa sociedade cujo trabalho é dividido.

Dado esse caráter de troca, pode-se concluir que o lado jurídico reflete a relação econômica. Além disso, o avanço do processo de mercantilização possibilitou o desvinculamento de laços comunitários que ligavam pessoa a pessoa (10). Agora, as pessoas dependem da própria relação societária; não mais dependem do patrão "x" ou "y" mas, sim, do conjunto de padrões "x" e "y" enquanto expressões desse conjunto.

E a relação jurídica embasa-se nas normas legais. A existência de normas numa sociedade é o indício de que o conflito de pessoa a pessoa na esfera societária chegou a

(10) Ver Lefort, C. - As formas da História. SP, Brasiliense, 1979.

um limite que pode eclodir, sendo necessária, na sua resolução ou do seu impasse, a presença de um terceiro elemento: o Estado. É este último que impõe a norma legal através das leis. Assim, o Estado é o sujeito de direito.

Sendo a relação jurídica de ordem subjetiva, isto é, a nível privado e, a norma legal, de ordem objetiva, a nível público, pode-se dizer que numa concepção utilitarista (Benthan) cada um, ao prosseguir seus interesses privados, participa de um mesmo processo onde todos estão satisfeitos.

Se a liberdade e a igualdade existentes no plano pessoal se equiparam com a escravidão e a exploração no plano societário, ao final do processo o indivíduo está da mesma forma como se iniciou, isto é, sem nada, sendo obrigado a repor essa mesma relação como condição da sua sobrevivência pessoal.

Este ciclo garante, assim, a relação de igualdade e de liberdade do plano pessoal sendo o mesmo, no seu significado, que o indivíduo garantir a sua própria exploração.

É o Estado quem garante no plano jurídico essa relação entre os sujeitos dotados de "livre vontade". À medida que o Estado penetra com cunho legal nessa relação contratual, ele traduz uma relação entre classes; é o mesmo que dizer de um Estado de classes que, para tal, não pode aparecer no plano societário como um "Estado de classes". O Estado camufla, assim, a sua atuação como Estado de classes através

da ordem subjetiva, fazendo valer nela a norma legal. Dá-se, desse modo, uma escravidão no plano societário que se traduz como uma igualdade no plano pessoal, individual. É a liberdade de não ser mais um escravo; liberdade de estar livre no mercado; liberdade de se vender como força de trabalho.

Faz-se necessário, porém, pensar em termos de totalidade, isto é, Capital e Trabalho não se definem de uma forma inter-subjetiva, pois as pessoas são portadores de relações. É preciso, então, adicionar à essa desvinculação a quantidade de responsabilidade que as pessoas possuem em relação a seu posicionamento concreto na sociedade. Daí a necessidade de se estudar a Organização de Trabalho.

O que se procura aqui é a composição social e a hierarquização formal no interior da organização de trabalho; como ela se estrutura e se figura no cotidiano. É o que Hall (11) chama de "formalização" que, segundo ele, é a principal variável estrutural para o indivíduo pois o seu comportamento é vitalmente afetado pelo grau de formalização da organização. Além disso, a formalização implica em controle sobre o indivíduo.

(11) Hall, R. H. - Organizações: estrutura e processos. RJ, Prentice-Hall do Brasil, 3ª edição, 1984. Capítulo 5, p. 68-80.

Na verdade, o conceito de formalização sugere a idéia de representação que não é ilusória na medida em que os símbolos utilizados são tão necessários quanto o trabalho cotidiano e, enquanto uma representação, ela retrata uma estrutura social onde as manifestações da composição social e da estrutura hierárquica são importantes à medida que refletem e suavizam a estrutura formal da organização. Desse modo, para os autores Clegg e Dunkerley, a formalização tem um significado ético e político além de ser um componente estrutural.

Como diz Hall, a análise organizacional tem uma tradição (como em outros campos de estudo) centralizada em Weber, principalmente em seus estudos sobre a burocracia e autoridade. Porém, no tocante ao contexto da estrutura organizacional, o fator tamanho foi considerado, depois da tradição weberiana de estrutura organizacional, como sendo a variável mais importante para diferenciar estruturas e, consequentemente, a característica predominante foi a estrutura burocrática. Por exemplo, em Blau, a variável decisiva numa organização é o tamanho, ou seja, o fator tamanho é determinante da estrutura organizacional.

A partir dos estudos de pesquisas de Burns e Stalker, Woodward e Grupo de Aston, que se referem a diferentes formas estruturais e em diferentes processos tendo como fatores primários tecnologia, tamanho, interdependência, origem e história, separação entre propriedade e controle, localiza-

ção da empresa, recursos materiais e humanos utilizados pela empresa, a análise da estrutura organizacional ganha um novo impulso. Por exemplo, Parsons e Selznick argumentavam que a estrutura e o funcionamento da organização seguiam sua função social, seu objetivo ou constituição; já Perrow e Woodward argumentavam que a tecnologia de produção ou de serviços é a causa primordial na determinação ou funcionamento estrutural, e Eisenstadt enfatiza a importância da dependência da organização de sua ação, particularmente dependente de recursos externos, e onde o fator poder é forte na influência característica estrutural e nas atividades organizacionais.

O Grupo de Aston faz um trabalho semelhante ao da Woodward; porém, a preocupação do grupo foi com sistemas e subsistemas organizacionais ao invés da Woodward que dirigiu a sua atenção para o departamento e o subdepartamento. No entanto, o grupo confirma a correlação positiva entre a tecnologia e a estrutura tal como Woodward e revela que a estrutura decresce quando aumenta o tamanho seguido da tecnologia e do nível de dependência.

Esse grupo ganha relevância dentro da teoria organizacional por dois motivos: primeiro, pela sua introdução no método de pesquisa onde se tenta obter estatisticamente os dados, ou seja, considera que não se pode afirmar ou negar uma hipótese caso a amostra do universo não seja relativamente significativa e, segundo, o grupo faz restrições ao estudo de caso e parte para a análise comparativa das orga-

nizações, tal como em Blau e Perrow.

Para o grupo, em termos de metodologia, uma amostra heterogênea de mais ou menos 50 organizações será expressiva em termos da complexidade organizacional e da representatividade e, uma vez colocada a idéia de análise comparativa, no segundo momento ocorre a definição das variáveis e a sua operacionalização, sendo esta dada pela definição das escalas intermediárias.

Desse modo, o grupo defende como requisitos fundamentais numa pesquisa o tratamento da realidade empírica e o tratamento estatístico comparativo, ou empiricamente tabelável, dos dados obtidos. Porém, nessa metodologia, um dos problemas básicos é saber até que ponto a quantificação representa ou não a realidade.

Da correlação entre variáveis independentes (variáveis contextuais) e dependentes (variáveis estruturais) surge a taxionomia organizacional como uma tipificação das organizações conforme as características estruturais. São Pugh, Hickson e Hinings (12) quem desenvolvem esta abordagem.

Esses autores fazem uma taxionomia propondo deixar de lado o tipo ideal; porém, as variáveis levantadas por eles são

(12) Pugh & Hickson & Hinings - "An empirical taxonomy of structures of work organizations" in Administrative Science Quarterly, 1964, 14, nº 1, March, p. 115-126.

tipicamente weberianas (13) e não abandonam as variáveis e conceituações que são construções do tipo ideal.

Dentro da taxionomia empírica (tratamento estatístico das variáveis) os autores desenvolvem sete perfis organizacionais diferentes, de características burocráticas, que além da causalidade mostram o tendencialismo das organizações, do tipo como as organizações mudam, como evoluem, ao longo de que tendência, de que variável e assim por diante.

Os sete distintos tipos de organizações levantados pelos autores são (14): 1) a burocracia plena, que apresenta uma relativa alta estruturação de atividades e concentração de autoridade; alta dependência de fluxo de trabalho, onde tecnologicamente a integração é simples; processo de seleção e de promoção altamente padronizado, e formalização da definição de papéis; 2) burocracia plena nascente, com as mesmas características da primeira, porém de forma menos acentuada; 3) burocracia de fluxo de trabalho, caracteriza

(13) Pugh & Hickson & Hinings - "An empirical taxonomy of structures of work organizations", por exemplo, as cinco variáveis primárias da estrutura levantadas pelos autores na p. 116.

(14) Pugh & Hickson & Hinings - "An empirical taxonomy of structures of work organizations", p. 120-123.

da pela alta estruturação de atividades, baixa concentração de autoridade, controle impessoal, típicos das organizações de grande porte com tecnologia avançada, frequentemente com uso de automação e dependente do meio ambiente; 4) burocracia de fluxo de trabalho nascente, que apresenta as mesmas características da anterior, porém, menos pronunciadas e revelam uma dependência maior com o meio ambiente; 5) burocracia de pré-fluxo de trabalho, que também apresenta as mesmas características da burocracia de fluxo de trabalho, mas com uma estruturação de atividades mais baixa, sendo típica de organizações de menor porte com considerável dependência ao meio ambiente; 6) burocracia de pessoal, que apresenta baixo nível de estruturação de atividades, alto nível de controle de linha e de autoridade; 7) organizações implicitamente estruturadas, que apresentam alta concentração de decisão, padronização de seleção e de promoção e nível mais baixo de estruturação de atividades, autoridade dispersa e elevado controle de linha.

Segundo os autores, a taxionomia fornece a visão de um todo da organização do ponto de vista da formalização.

Conforme as tradições (15) dadas ao estudo da estrutura dentro das teorias organizacionais, vimos que certas vertentes

(15) Ver capítulo 4, Parte II: "diferentes abordagens".

tes teóricas dão maior ênfase aos mecanismos de equilíbrio social da organização e outras, às manifestações dos mecanismos que fortalecem e preservam a estrutura, dando assim ênfase aos conflitos sociais no interior das organizações. O que se percebe é que em todas essas diferentes abordagens existem fortes componentes de valores tais como poder e política, que são basicamente incompatíveis com os valores nele desenvolvidos. Por exemplo, a própria natureza da decisão no interior da organização é incerta e ampla pois ela depende de uma complexa gama de fatores que quase sempre não são empiricamente manipuláveis.

Ao mesmo tempo, a introdução do fator incerteza no real permite, por um lado, a construção de modelos de análise e, por outro, por mais que se utilize um dos modelos teóricos em qualquer evento, ele terá um substrato político e as deficiências por ventura apresentadas serão as mesmas encontradas em qualquer nível da decisão.

Este fato se deve à questão do instrumento utilizado que fornece os mesmos vícios no estudo de um dado problema. Na verdade, é também por este motivo que os valores da racionalidade são altamente aceitos e legitimados na teoria organizacional pois, eles são os mesmos valores regidos na sociedade. Por exemplo, a idéia de que se a estrutura é correta porque ela é harmônica com a organização, então essa estrutura é também racional porque retrata essa visão da valorização da racionalidade.

Uma das condições básicas para a existência da ação política na organização é a distribuição ou a dispersão de poder no seu interior.

Dadas as condições secundárias tais como interdependência, metas heterogêneas, crenças distintas causadas todas elas pela problemática ambiental e de diferenciação, o uso de poder é inevitável e é visto como a maneira mais provável na tomada de decisão.

Aparentemente, a dependência é a categoria básica, tanto na teoria de dependência de recursos quanto na da contingência estratégica.

Essas teorias de dependência são consideradas como fonte de poder por alguns autores tais como Crozier, (16), Perrow (17).

Se cada organização enfrenta uma contingência peculiar que gera incertezas, nessa dada esfera cada departamento ou subsistema mostra as condições da resolução dessas incertezas. O departamento de manutenção, segundo Crozier, seria'

(16) Crozier, M. - O fenômeno burocrático. Brasília, UnB, 1981.

(17) Perrow, C. - "Poder departamental e perspectivas em firmas industriais", apostila ADM-L453 (A-1083), FGV.

o que detém melhores condições de enfrentar a contingência dada e, apesar de ele não lidar diretamente com os recursos, esse departamento detém a alocação dos mesmos. Isto porque aquele que controlar a contingência será o que tem a melhor alocação de recursos em termos próprios da definição da organização. Desse modo, o departamento de manutenção define e consegue o que quer, e controla a alocação e uso dos recursos.

A distribuição do poder pode ser entendida quando se analisam os determinantes do poder: como se adquire o poder, como se faz o uso, quem faz o uso, etc. são dimensões que podem fornecer respostas às questões da distribuição.

Lawrence e Lorsch pesquisam a transferência de poder que estava centrado na área da produção para outras áreas que possuem algum contato com o meio ambiente e formulam estruturas de poder diversos. Segundo os autores, o aspecto crítico da organização deixa, gradualmente, de existir na esfera da produção e passa para a esfera de manutenção, distribuição, etc. pois diferentes fatores contingenciais numa organização podem levar a diferentes estruturas no seu interior a partir de variáveis diferenciadas.

O pressuposto básico dos autores é que não existe uma única maneira certa de estrutura e administração. Isto significa que a questão da estrutura se relaciona com o mecanismo de interação ou sistema de coordenação onde a sua eficiência depende da diferenciação, da adequação e da in

tegração dos seus departamentos.

O modelo de integração-diferenciação criado pelos autores leva a concentrar maior atenção no grau de integração requerida internamente, que é função da maior ou menor necessidade que uma organização tem em trabalhar conjuntamente, visto que existem diferentes setores ambientais que exigem maior ou menor grau de diferenciação dependendo da caracterização organizacional, da parte do ambiente que lhe é relevante, pois diferentes setores exigem da organização diferentes ambientes.

Todas estas abordagens mostram, em primeiro lugar, que cada organização, no fundo, acaba por encontrar e em definir' o que é importante para si e, em segundo, que nas organizações formais não são pessoas individuais quem fornecem o tom da decisão mas, sim, suas subunidades, isto é, grupos de pessoas agrupadas e reunidas em torno de uma unidade mínima de trabalho.

Em virtude da existência da ideologia de meta superior da organização e de certos valores compartilhados, há uma interação social inter e intra grupal que possibilita e também limita as estratégias das quais os seus participantes farão uso para garantirem alguma moderação e estabilidade de suas ações. Porém, apesar das restrições formais apresentadas, um indivíduo poderá através de estratégias e táticas fortalecer o seu uso, onde a legitimação do uso de poder será dada pelo aspecto racional.

No tocante à estrutura social, vimos anteriormente três teorias de estratificação: teoria funcionalista, weberiana e marxista. Como tentativas de solucionar certos problemas de hierarquia social, estas teorias mostram seus critérios, suas razões e valores de estratificação e, consequentemente, a hierarquização social. No fundo, elas são nada mais do que critérios de como se "enxerga" a estrutura social, a sua composição e a atuação dos indivíduos enquanto agentes sociais, como instrumento de interpretação da realidade.

A idéia subjacente nessas teorias é a do método qualitativo na perspectiva do quantitativo, isto é, os dados obtidos pelo método qualitativo passam a ter a mesma amplitude dos obtidos pelo método quantitativo.

O ponto comum nessas teorias é a concordância sobre a natureza dos processos sociais. Admitem que os processos sociais são marcadamente subjetivos; porém, isso não impede que eles sejam qualificados e quantificados. A questão de como quantificá-los e de como qualificá-los cabe ao cientista que resume toda problemática em torno de padrão de medida. Por exemplo, o experimento de Murdock em sociedades primitivas se traduz como uma tentativa de aplicação de métodos quantitativos; o estudo de Weber como um estudo de homologia estrutural, onde os processos sociais são vistos como produtos mentais (traduzidos, por exemplo, como ética protestante e espírito do capitalismo); a análise estrutural de Lévi-Strauss como uma análise funcional, como

um estudo das relações sociais a nível funcional.

Tendo já visto o aspecto normativo das teorias de estratificação, podemos agrupar seus pontos comuns em três dimensões que se dão conta das razões básicas dessas teorias.

A primeira dimensão é de ordem material, em termos de posse material. A teoria marxista classifica os agentes sociais em duas categorias básicas, proprietários e não-proprietários, não existindo nada entre eles e além deles. Na teoria weberiana, as classes sociais só existem na instância econômica a qual apresenta uma hierarquia interna que não é redutível aos agentes sociais. Ela tem a capacidade de locomover e deslocar seus agentes em direções ascendentes e descendentes conforme a regência do mercado. Desse modo, a posição do indivíduo na sociedade weberiana se fixa dependendo de seus próprios esforços na luta por uma determinada condição. E, na medida que existe mercado de bens e serviços, a ordem material é definida pelo mercado de bens e a ordem não material, isto é, de prestígio, de honra e de status pelo mercado de serviços. A teoria funcionalista classifica os agentes em termos de nível de renda e pelo critério ocupacional.

A segunda dimensão é a de esfera de consumo (18). Na teoria marxista, o consumo é de caráter subjetivo visto ele

(18) E não da produção, por exemplo, pois o pressuposto da produção já é de grupos sociais, ou seja, não há produção individual; existe, porém, consumo individual.

criar o impulso da produção de uma forma subjetiva reproduzindo novas necessidades, e se há escassez de bens materiais é devida ao fato de a produção estar baseada na escassez e visar à reprodução do Capital e não a satisfação das necessidades da comunidade. Tanto a teoria funcionalista quanto a weberiana admitem a escassez de bens materiais na sociedade e ela é a fonte da disputa e de desigualdade social. Porém, em relação ao consumo de bens não materiais, ela é regida pela ordem de prestígio que pode gerar consumo específico e também formas de apropriação simbólica de bens não materiais.

A terceira dimensão é a de ordem política. Os critérios' dessa ordem são de naturezas distintas das anteriores. Na teoria marxista, esta dimensão se resume em lutas de classes. Na teoria funcionalista e weberiana, a ordem política é traçada na busca ou na manutenção do equilíbrio e harmonia social.

Frente a essas dimensões, podemos estabelecer uma característica da formalização organizacional levada a uma visão sincrônica da mesma.

Uma organização, considerada como um sistema social, deve satisfazer dois padrões mínimos no seu interior: um padrão' de mínimos vitais e outro de mínimos sociais. Esses padrões mínimos (de sociabilidade, de divisão de trabalho, de remuneração, etc.) são necessários a fim de que as suas

subunidades ou subsistemas não se degenerem.

Qualquer modelo organizacional comporta duas funções básicas e, de certa forma, contraditórias. A primeira função do modelo é fornecer a continuidade da ideologia organizacional e a segunda é de rearranjar a continuidade dessa ideologia na medida em que o modelo enfatiza apenas certas dimensões organizacionais. A ênfase em apenas alguns aspectos é o fator que gera a complexidade artificial da organização pelo fato de ela ser induzida, ao invés de ser real. Assim, um modelo normalmente dificulta a análise organizacional em virtude da ênfase em alguns aspectos e não em outros que podem ser mais importantes na análise do que aqueles levados em conta.

E, além disso, em qualquer modelo existe uma concepção do homem utilizada na sua abordagem organizacional envolvida na análise.

A concepção de homem é uma variável nos diversos modelos organizacionais, principalmente por ela possibilitar a introdução da variável percepção e também por ela permitir enfatizar certos aspectos relativos à organização.

Desse modo, o ponto de partida na análise organizacional é admitir a existência da possibilidade de se efetuarem leituras distintas e diferentes da mesma fornecida principalmente pela variável percepção. Por isso, surge a necessidade de focalizar-se a figura do homem ou das outras variáveis

comumente não consideradas, tais como, maneiras pelas quais os indivíduos percebem o evento e tipo de lógica que esses indivíduos desenvolvem para entender e compreender esse evento.

Pode-se dizer que esse fato é o motivo pelo qual a teoria das organizações se interessa em estudar o comportamento dos indivíduos. Historicamente, o comportamento era relacionado com atitudes dos animais, isto é, uma atitude não pensada conscientemente, uma questão mais de cunho subjetiva sendo por isso considerada metodológica e epistemologicamente irrelevantes.

Em termos da linguagem behavioristas, em estímulo-resposta, não se interessa em questionar o que consta em seu meio, no seu intervalo dado entre o estímulo e a resposta ou entre o inputs e outputs.

Assim, enfatizando muito mais o processo de produção, es quece que o modo de pensar possui uma duração muito maior do que o modo de produção; que a materialidade não está na relação técnica de produção, porém, na relação social.

Comumente, a organização é vista como uma estrutura de comando onde está implícita a idéia de que a organização é algo arrumado e arranjado mais ou menos com caráter de imutabilidade. Tentar quebrar essa percepção estrutural ordenada é fazer admitir a existência do fator incerteza or-

ganizacional.

A maioria dos "modelos de homem" vistos no capítulo quarto tem como a principal função a manutenção da ideologia de trabalho. Por exemplo, a teoria motivacional da abordagem funcionalista é um dos mecanismos de manutenção da ideologia de trabalho. Porém, esse mecanismo não servirá em sociedades ' onde o conceito de trabalho seja diferente do conceito ocidental.

O homem é encarado como um ser complexo que se defronta ' com focos de tensões. Desse modo, a questão fundamental que se coloca é a do comportamento do indivíduo inserido no interior da organização.

É por esse motivo que, para Taylor, organizar era uma questão da ciência onde existe melhores maneiras de ordenar, controlar e executar. O que Taylor propõe é uma filosofia do ato de organizar; porém, o que foi difundido foi a sua metodologia.

Por outro lado, o que legitima o direito de mando do gerente é a ideologia gerente-gerenciado. Por exemplo, uma das questões levantadas sobre a teoria motivacional é por que ' ela teve tanta repercussão, tanta popularidade no campo da administração organizacional? Uma das possíveis respostas é o fato de se poder explicar quase tudo através dessa teoria, bastando postular novas proporções conforme novas necessida-

des, sendo o único fator relevante na teoria motivacional dentro da Teoria Organizacional saber como se motiva o indivíduo de forma que ele enxergue ou perceba a organização.

Na teoria da motivação, o ponto de partida é tomar o homem na posição estática. A partir da existência de necessidades a ser satisfeita, quando surge uma necessidade é que o homem seria levado a se mover na direção da busca da satisfação. Portanto, os postulados fundamentais da teoria da motivação são: primeiro, considerar o homem como um ser estático e, segundo, considerar a teoria da energia, que diz respeito aos mecanismos biológicos e fisiológicos do homem. Em outros termos, segundo Kelly, o indivíduo nasce psicologicamente vivo não sendo, portanto, necessário postular por que ele anda, por exemplo, mas o que ele faz, o que o leva a fazer algo.

É o significado cognitivo que o autor desenvolve que diz respeito à existência da realidade contactada na psicologia. Assim, só pode ser determinado se algo é útil ou não, e sugere a idéia da teoria como uma ferramenta conceitual. Isto é, existem construções explicativas sobre a sociedade que são alternativas, que antecipam os acontecimentos e os postulam; antecipam suas experiências anteriores que permitem formular hipóteses sobre eventos similares. Por exemplo, o formalismo da burocracia antes da década de 60 no Brasil, segundo Guerreiro Ramos, era servir como um escudo protetor, defensivo contra os ataques externos que dão o primeiro passo para o modernismo das organizações com um cunho naciona

lista.

Duas situações, portanto, se contrapõem: a posição "de fato", isto é, o real, da vida cotidiana da organização, e a posição que se mantém tradicionalmente, que se mantém inclusive inerente às próprias organizações. Desse modo, é uma combinação de fatores, tanto os impostos estruturalmente quanto os socialmente que explicam as diferenças quanto ao controle do trabalho, ao comportamento e desempenho dos indivíduos na organização.

oOo

PARTE IV : PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO 7 : CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conhecimentos teóricos desenvolvidos, das suas análises e principalmente das experiências gerenciais observadas, o que se procura neste capítulo é elaborar à guisa de conclusão um texto mais de caráter reflexivo do que de caráter prático.

O texto desenvolvido até aqui foi um texto teórico. Seu enfoque, pode-se assim dizer, é abstrato pois se preocupou em determinar os conceitos específicos de validade teórica envolvendo aspectos nem sempre dedutíveis ou deriváveis em qualquer conjunto de situações.

É abstrato, em primeiro lugar, porque conceitos são abstratos. Pela própria definição e função que eles desempenham dentro de um determinado campo científico, os conceitos são apenas produtos de um trabalho teórico. E, em segundo lugar, reforçou-se o seu caráter de abstrato por não lhes ter reservado qualquer empirismo prático. Porém, essa atitude não significa uma oposição ao "empiricismo", mas apenas demonstra o não entusiasmo por modelos de interpretação ou técnicas sofisticadas de pesquisas empíricas.

Assim, na discussão entre essência e aparência, ou dados e fatos, em termos metodológicos foi acolhida a visão atomista, em oposição à visão monista.

A concepção monista aconselha os investigadores a evitarem métodos formais de análise visto fundamentalmente a decomposição em partes através do método analítico implicar na perda qualitativa da compreensão da realidade sendo necessário um conhecimento expeculativo do todo. Já para os atomistas, a decomposição do todo equivale a um ganho do conhecimento sem implicar na perda de qualidade. A eles é possível na decomposição identificar relações e, posteriormente, recon - densá-las e reordená-las (1). No fundo, é isto a que se visa aqui: decompor teoricamente as partes de um todo para na reordenação chegar a um modelo de interpretação para dado problema: a concepção humana dentro das teorias organizacionais.

Porém, o que se propõe neste trabalho não é uma solução teórica do problema do homem. Pelo contrário, problematizando o homem, pretende-se provocar uma série de dúvidas e questões que esperam ser úteis fundamentalmente no "vir a ser" do homem que, apesar de ser singular, é, em si, complexo e, como não bastasse, é um ser particular que rejeita generalizações.

(1) Por exemplo, a decomposição da linguagem para a corrente atomista levaria, em última instância, à identificação de nomes (entidades linguísticas que identificam entidades não-linguísticas). Daí surge a distinção necessária entre palavras e coisas que são entidades diferentes. Alston em "Theories of meanings" diz que no esclarecimento sobre as conclusões entre umas e outras referências (teoria de referência), no descobrir dos átomos - sejam eles indivíduos, propriedades ou relações - lógicos da linguagem, se descobre o equivalente para a realidade. A isto, a corrente monista opõe a noção de sistemas, de totalidade, a "única maneira" de preservar a essência por trás da aparência.

O argumento acima pode nos levar a crer na necessidade de uma pesquisa de campo. Talvez no futuro. Por ora, como uma contra-argumentação, diremos que, se de um lado, é apenas a experiência que nos fornece premissas reais, que é somente pela experiência que se colhem informações da realidade (2), por outro lado, verifica-se um forte conteúdo pragmático nas regras metodológicas ou regras lógicas da investigação empírica. No fundo, são regras que legislam a aplicação de teorias à realidade, são regras de testabilidade das teorias onde se procura contestar, rebater ou refutar as teorias e, ao mesmo tempo, são regras que exibem a estrutura interna de uma teoria. Então, por que não se firmarem primeiro as teorias? Se antes se testavam argumentos, enunciados, com Popper, Quine e Carnap aplica-se a testabilidade ao conjunto de teorias e, mais tarde, ao mundo real, substituindo leis lógicas por regras que nada mais são do que convenções. Assim, defende-se aqui o "firmamento" de "convenções" antes mesmo do seu uso, correndo o risco da perda em quantidade dos fatos pois, se "teorias são redes que eu jogo por sobre o mundo", a questão é saber o quanto elas permitem pescar.

(2) Kaplan, A. - A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento. SP, Ed. Herder/ Edusp, 1969. p. 37 .

Vimos que uma das principais características da sociedade industrial é que o trabalho produtivo, em sua grande maioria, se efetua em organizações. Percebe-se também que na sociedade industrial existe uma certa distinção entre o lugar onde se realiza o trabalho produtivo e o lugar onde se realizam atividades sociais, vida familiar, formando assim um contraste com a forma de vida das sociedades não industriais onde se entremeavam continuamente o trabalho, o lazer e a vida social em geral.

No intuito de acentuar a diferença entre essas sociedades é que discutimos o modo de produção capitalista. Como consequência do seu modo específico de produção é que ocorre a distinção entre o lugar onde se trabalha para ganhar a vida e o lugar onde se realizam a recreação ou atividades sociais.

Por outro lado, os homens interagem e agem em conjunto. E o lugar da ação social é um lugar por todos compartilhados; lugar onde cada indivíduo executa a sua função a fim de desempenhar, de modo efetivo, o papel que lhe cabe; lugar onde a subjetividade é posta em cheque mediante a determinação da produção e da estratificação.

O lugar da ação social, o mundo das ações na sociedade industrial se traduz em mundo de organizações. Em quaisquer tipo de organizações voltadas à produção, seja de bens materiais seja de serviços, a ação social se concretiza por meio de três atores: proprietários, administradores e empre

gados. Também são eles quem realizam o trabalho produtivo, cada um a seu modo peculiar: os proprietários, fornecendo os meios de produção, os empregados, com a força de trabalho e os administradores, como elo de ligação na lógica da produção.

Num contexto de relações organizacionais pode-se dizer que a administração significa a coordenação de atividades de indivíduos dentro de uma organização de trabalho.

A coordenação de atividade produtiva dentro de uma organização, pode ser uma tarefa complexa. Em primeiro lugar, é necessário estabelecer uma estrutura formal da organização onde se retrata a divisão interna de trabalho, procedimentos de trabalho, seus fluxos e operações. Em termos físicos, significa departamentos e subdepartamentos os quais revelam funções exclusivas de cada departamento. Em segundo lugar, coordenar atividade produtiva significa trabalhar com indivíduos cada qual com a sua personalidade. Como Roethlisberger (3) observa, "a organização é mais do que uma pluralidade de indivíduos atuando somente em relação a seus próprios interesses econômicos. Esses indivíduos também têm sensações e sentimentos uns com outros e na sua as

(3) Roethlisberger, Fritz J. - Management and Morale. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1941. p. 59.

sociação diária conjunta tendem a constituir padrões de rotina de interação". Assim, os indivíduos ocupam lugares peculiares na estrutura organizacional, chamados por esse autor de "seu lugar social".

Desse modo, para uma organização prevalecer no mundo das ações deve possuir como características formais um objetivo delimitado, seja ele produção de tipos particulares de bens ou de serviços; propriedade física; formas sistemáticas da obtenção de seus objetivos tais como tecnologia de produção, de vendas; uma estrutura organizacional com divisão interna de trabalho; mecanismos que assegurem a sua continuidade. Na verdade, estas características possibilitam à organização estabelecer suas fronteiras com o mundo econômico e social e, ao mesmo tempo, traçar o domínio sobre qual administra em seu benefício próprio.

Neste contexto, quando se volta a atenção aos aspectos humanos da organização, tomando-se como ponto de partida as relações humanas na administração, verifica-se que o administrador exerce influência mediante técnicas de envolvimento de caráter normativo sobre os indivíduos na intenção de dirigir o comportamento individual para as metas organizacionais. Em virtude de o ato individual estar relacionado com o seu comportamento e também da questão da motivação, é que se discutiu a questão da motivação nas organizações. O propósito principal focalizado da teoria motivacional foi a conexão entre o indivíduo e a organização.

A teoria motivacional dentro das teorias organizacionais foi uma tentativa de solucionar problemas analíticos tais como: primeiro, localizar e identificar os mecanismos internos do indivíduo, chamados de motivação, em que apoiam suas atividades e, segundo, descobrir como esses mecanismos atuam num indivíduo particular.

Nessa tarefa, a limitação do modelo instintivo de motivação foi logo detectada quando foi observado que a motivação exercia um papel fundamental no intercâmbio entre o indivíduo e o seu meio social. O meio social proporcionava ao indivíduo um grupo de referência do qual o indivíduo, de um lado, extraía valores que constituíam as metas nas quais se expressavam seus impulsos individuais e, de outro, este grupo funcionava como fonte de normas de comportamento. Assim, os valores e normas provenientes do meio social adquiriam ambos papéis de guias importantes na canalização dos impulsos inatos do indivíduo.

Desse modo, o aspecto da motivação, que introduz em cada membro valores e normas de uma determinada organização, está relacionado com o desenvolvimento dado pela organização através do programa de participação e de aprendizagem. Isto porque cooperar com o grupo ou, num sentido mais amplo, com a organização, com que um indivíduo está se relacionando significa admitir a existência de uma certa articulação das necessidades individuais e das metas e objetivos organizacionais.

Como diz Dubin (4), a motivação é uma combinação de forças que mantêm a atividade humana. E a estrutura social canaliza e sustenta a motivação. Esta sustentação se dá sob uma forma específica: pela internalização de um valor, norma ou padrão de comportamento que se convertem em guia futuro da atividade onde a internalização significa aceitação dos sistemas de comportamento e formas de pensamento.

Dentro dessa visão foi tratada a questão da estrutura social, partindo-se do pressuposto de que toda sociedade é uma sociedade estratificada.

Quanto à questão da estratificação e à da ocupação individual de lugar e posição distintos na estrutura social variou conforme teorias.

Para as teorias funcionalista e weberiana, a sociedade definia, através do seu sistema de motivação social, as suas recompensas sociais que podiam oscilar entre recompensas econômicas, recompensas em poder, em autoridade, em posições relativas mediante oportunidades oferecidas pela estrutura social, fosse ela a ocupação de funções mais importantes definidas pela sociedade, ou a de controle dessas funções. Assim, os sistemas de motivação não são os mesmos para todos os estratos sociais ou categorias de organizações de trabalho. Existem sistemas particulares de motivação com características exclusivas para cada organização. Em outras palavras, na organização de trabalho, um indivíduo aprende desde

cedo que existe um sistema de motivação específico que rege a organização e que ele constrói seu sistema de motivação sobre os fundamentos sociais traçando um contínuo real entre fundamentos sociais e fundamentos organizacionais. Por exemplo, uma vez aceita a presença de um indivíduo como membro efetivo de uma organização seja ela de trabalho, de lazer, de associação ou de cunho religioso, é apenas uma questão de tempo ocorrer uma identificação quase que automática entre padrões sociais e padrões organizacionais, resultando o escopo da motivação particular em cada tipo de organização.

Na organização de trabalho, conforme a forma específica do desenvolvimento da técnica de trabalho, ocorrem na atividade produtiva padrões de motivação também específicos. Neste sentido, pode-se dizer que qualquer sistema de motivação está apoiado na organização e nas estruturas sociais entendidas como o meio social da organização.

Na sociedade industrial, a recompensa, ou o seu volume quantitativo, se traduz em poder. A recompensa é poder ou pelo menos deve-se acreditar que o seja, pois, em primeiro

(4) Dubin, R. - The world of work. NJ, Prentice Hall Inc. (Englewood Cliffs), 1958. p. 213-214.

lugar, a sociedade tem a necessidade de implantar nos indivíduos, através dos mecanismos de motivação para o trabalho, um sentimento subjetivo de que o seu trabalho é preferencialmente mais importante e necessário do que outros, dando-lhe um sentido da importância do próprio trabalho, uma valorização do trabalho dada pela sociedade. Em segundo lugar, pela própria característica do trabalho nessa sociedade, é mister uma produção de ideologia de trabalho.

Através das idéias, dos pensamentos e das ciências da sociedade industrial percebe-se a dissociação antagônica da longa série constituída pelo progresso e evolução das técnicas de trabalho. Nessa sociedade repõem-se em questão os temas de átomos individuais. Ela, a sociedade, considera o indivíduo como possuidor de certos direitos e privilégios (5) e também da própria realização; porém, ao mesmo tempo, distancia desse átomo as possibilidades da totalização, conduzindo a individualização para séries diferentes que ora se justapõem, ora se sucedem e se entrecruzam, dependendo do enfoque teórico.

(5) O individualismo, como uma característica central da sociedade industrial ocidental, percebe-se desde a constituição de direitos humanos até às declarações de independência dos países onde se destacam artigos clássicos de direitos e liberdades individuais. Ver o capítulo 2 da Parte I do presente.

Entretanto, o fundamental dessa sociedade, seja para a sua manutenção, seja para a sua sobrevivência, é a construção de uma ideologia: uma ideologia que destaque o seu passado e que revele este passado como ideológico.

Justamente é este fundo ideológico que possibilita amenizar a diluição do átomo individual na sociedade industrial onde a realização da individualidade só ocorre no plano da dominação. É por este fato que a recompensa é poder.

Este fato talvez explique o motivo da crise do funcionalismo nas áreas de ciências sociais. Se uma das deficiências da sociologia funcionalista foi a sua inadequação no tratamento da questão do poder, surge, paulatinamente, não só no campo da sociologia ou da teoria organizacional, mas também, no campo de ciências políticas e da psiquiatria, a inserção do problema de poder em suas análises.

Porém, na maioria das vezes, essa introdução ocorre de forma a-histórica criando, ao mesmo tempo, um conteúdo disforme e uma lacuna teórica na análise.

Se os métodos teóricos anteriores não foram inicialmente criados para constatar a questão específica do poder, isto não significa que necessariamente os seus empregadores devam enfatizar o método a-histórico de análise nas situações conjunturais. Nessa linha, por exemplo, muitos seguidores da teoria weberiana deram ênfase ao domínio da

razão instrumental que substituiu a razão subjetiva na lógica da produção capitalista.

No estudo sobre a questão do indivíduo na sociedade industrial vimos que esta questão sempre foi continuamente cunhada pela categoria razão. Razão foi invariavelmente a categoria regente do mundo moderno. Em seu nome surgiram forças opressivas, coercitivas, primeiro do Estado, contra o qual o indivíduo devia ser protegido, seguido pelas ações, cada vez mais dominantes, das organizações as quais combatiam para salvaguardar o individualismo. A ação do Estado e das organizações se faz presente em todos os setores dando novas características à sociedade moderna, como uma sociedade controlada onde vigora a multidimensionalidade, onde a lógica da produção subordina inclusive outras áreas além das de produção, onde todas as atividades são voltadas para produção (6).

(6) Inclusive a psiquiatria se torna como um instrumento da dominação do Capital ou, num termo mais restrito, como reajustador do indivíduo deslocado da esfera produtiva. Por exemplo, Basaglia, ao analisar o fenômeno "loucura" no Brasil da década de 80, propõe analisá-lo no âmbito de um país onde existe um modo de produção capitalista, onde se dá uma luta de classes com determinadas especificidades e particularidades.

A "loucura" sob esse prisma tem, então, que ser pensada no contexto da dominação, da exploração do Trabalho pelo Capital, e, em vista disso, envolve também toda a problemática da questão ideológica.

(continua na pág. seg.)

Nessa sociedade as organizações exercem influências mais insidiosas sobre os indivíduos, categorizando de improdutivos aqueles que não participam voluntária ou involuntariamente na lógica da produção. E a categoria improdutivo é sempre considerada como marginal à sociedade.

Nesse mundo moderno regido pela lógica da produção, a questão da liberdade e da individualidade tomam um rumo diferente. Se antes o tema do indivíduo era relativamente raro nas teorias organizacionais, dedicadas de um modo geral ao estudo das relações entre indivíduos na organização, dos grupos informais e formais de trabalho, sendo a sua tendência considerar o indivíduo como um dado irredutível

(continuação)

Desse modo, segundo o autor, o indivíduo denominado "louco" é quase sempre pertencente às camadas mais baixas da sociedade; é um indivíduo explorado, dominado; é alguém que não interessa ao Capital na medida em que não está mais disponível ou "apto" para ser fonte de geração de mais-valia.

Percebe-se aqui que a questão da exploração está como suporte de todo o raciocínio. E o autor busca explicação para o problema nas causas sociológicas: pensar na loucura como uma consequência das próprias condições de vida que historicamente lhe são permitidas; o indivíduo louco como um "trabalhador que perdeu a capacidade de responder aos interesses capitalistas de produção".

Em consequência, defrontamos com um fenômeno que, na medida em que se trata de uma "condição humana" é um ente universal, existe em qualquer lugar, em qualquer tempo, em qualquer sociedade.

Pensado desta maneira o fenômeno deixa de ser um produto histórico. Para o processo de exclusão e de inclusão na lógica de produção ver Cooper e Foucault.

e reservar a sua análise aos aspectos filosóficos (natureza humana), biológicos (necessidades básicas), psicológicos (moral) e sociológicos (laços comunitários) ligados à atividade produtiva; se antes o tema do indivíduo era o propósito secundário, agora é o foco central das atenções, já não mais a parte da conexão entre os polos, é o átomo central das análises. Quem inaugura essa nova fase da análise é Whyte Jr, com o seu conceito de homem organizacional como um indivíduo conformista.

Segundo Whyte Jr (7), a organização não precisa necessariamente fazer uso da força ou da coerção para assegurar a conformidade do seu membro. A existência de padrões sociais - que ao mesmo tempo são sutis e abertos, exercidos sobre os indivíduos e que os empurra na direção da efetivação concreta como membro do grupo - resulta em si numa padronização das ações. E, também, com o auxílio de grupos informais de seus membros a organização aumenta a atuação de uma ação moralizadora social voltada para a produtividade. Mas o que causa a perplexidade do autor na mira dessa

(7) Whyte Jr, W. H. - The Organizational Man. NY, Simon and Schuster, 1956.

conformidade é o seu caráter voluntarista. O assustador não é a sordidez dessa conformidade mas, sim, o fato de ser ela voluntária.

O indivíduo, sem sofrer uma coerção direta, perde a sua exclusividade e a sua individualidade para ser como os outros, para ver-se submetido voluntariamente ao padrão do grupo de referência ou da organização. O resultado é a uniformidade.

A mola impulsora da conformidade é o medo que o indivíduo tem de ser diferente dos demais membros e que o faz 'empregar qualquer esforço para copiar a identidade do grupo. É a "individualidade na identidade". Isto é, a possibilidade da individualidade só é dada no interior da identificação visto que a expressão da individualidade 'passa pela sociedade e pela identidade prévia como foi anteriormente discutida. Assim, o indivíduo esforça-se em obter essa uniformidade voluntariamente.

Como consequência dessa tendência de uniformidade voluntária, verificamos certas características acentuadas de padronizações burocráticas nos processos administrativos. Por exemplo, os gerentes ou os administradores possuem 'certas características seletivas e exclusivas que são um produto das funções efetuadas e das diretrizes organizacionais. Ou seja, estas características são, na verdade, uma combinação de sua personalidade e das expectativas do próprio papel exercido.

Se, de um lado, o lugar (posição) de um indivíduo na organização é anterior a ele no tempo e na situação usual da organização, por outro lado, estão descritas em cada posição as suas características formais de operação.

É em termos de a posição ser anterior no tempo ao indivíduo na situação da organização é que podemos considerar a forma na qual a organização molda o indivíduo que a ocupa, e também circunda os limites de atuação dos administradores pois aquele que ocupa a posição e os demais indivíduos que interatuam com este sabem, de antemão, os direitos e as obrigações implicados dessa posição.

Numa sociedade não industrial podemos identificar uma certa uniformidade na experiência social. Isto significa que o desenvolvimento de tarefas da vida diária de um indivíduo é similar ao de outros indivíduos da sociedade. Porém, na sociedade industrial e urbana existe uma ampla variação de experiências pessoais, individuais e também de antecedentes sociais. Assim, quando uma organização de trabalho recruta seus membros raramente encontra uma uniformidade relativa em indivíduos que os contrata. Eles possuem diferentes valores sobre conceitos de juízo, razão, etc..

Estas diferenças podem gerar problemas numa estrutura organizacional que, no fundo, é uma estrutura de ordem cooperativa.

Para minimizar os problemas acerca da seleção do pessoal

apropriado, do sistema de incentivos para o trabalho, as organizações requerem um grupo administrativo entre a cúpula e os subordinados. Pode-se dizer que este é o fator do desenvolvimento da forma burocrática de administração.

A burocracia parece ser inerente a grandes organizações. Isto é, cada organização que seja suficientemente grande desenvolve uma burocracia. A administração burocrática se firma juntamente com as grandes organizações formais que reúnem grupos de indivíduos para desenvolver a tarefa de coordenação. Em certo sentido podemos considerar a burocracia como um instrumento social para administrar um grupo heterogêneo de indivíduos numa atividade organizacional, portanto, uma extensão da lógica gerencial.

Dada a impossibilidade física de um indivíduo ocupar todas as funções administrativas, a gerência burocrática se converte em algo especializado, com funções e responsabilidades específicas delegadas aos cargos criados sob o leque da gerência ou autoridade administrativa. É sobre este fato que Weber escreve em "fundamentos da organização burocrática" (8).

(8) Weber, na construção do tipo ideal da organização burocrática, descreve como fundamentais da autoridade legal as seguintes características: 1) uma organização contínua de cargos, delimitado por normas; 2) uma área específica de competência que implica em a) esfera de obri-

E, uma vez que as posições gerenciais são estabelecidas, o recrutamento burocrático se ocupa na busca e obtenção de indivíduos mais aptos para os requisitos de cada posição da estrutura organizacional. Desse modo, quando examinamos a gerência burocrática, encontramos uma categoria essencial que é de igualização, pois é necessário igualar as características pessoais de indivíduos que ocupam certos cargos, ou aspirações a eles, afora a exigência de requisitos formais ao trabalho.

Comumente a característica geral do problema de igualização é determinar as características de posições hierárquicas estabelecidas pela estrutura organizacional e das situações que as rodeiam.

(continuação)

gações no desempenho das funções, diferenciadas como parte de uma sistemática divisão de trabalho; b) atribuição ao responsável da necessária autoridade para desempenho das funções; c) definição clara dos instrumentos necessários de coerção e limitação de seu uso à condição definida, porém, nem todo órgão administrativo é provido de poder coercitivo; 3) a organização de cargos obedece ao princípio de hierarquia; 4) as normas que regulam o exercício de uma cargo podem ser regras técnicas ou normas. Se sua aplicação, em ambos os casos, pretende ser racional, é imprescindível a especialização; 5) no tipo racional é questão de princípios que os membros do quadro administrativo estejam completamente separados da propriedade dos meios de produção e administração; 6) no tipo racional há também completa ausência de apreciação do cargo pelo ocupante; 7) os atos administrativos, decisões, normas

Sobre o problema de igualização é que trata Merton no seu artigo "A estrutura burocrática e a personalidade" (9). Segundo Merton, a "incapacidade treinada" do especialista, entre outras coisas, determina todos os aspectos negativos da burocracia. E a patologia da burocracia está implicada na conversão dos seus meios em fins, isto é, os propósitos servidos por regras e procedimentos se perdem e as regras se convertem em fins em virtude da preparação rígida dos burocratas.

Enfatizando as características das fontes estruturais desta forma de administração como causas do seu tipo particular de mau funcionamento, o autor mostra como as relações entre os burocratas tendem a ser impessoais. A ênfase no caráter impessoal tende a produzir conflitos não só nos contatos com o público mas, também, no interior da estrutura. O conflito que existe entre o requisito oficial por relações formais e a necessidade natural por interação informal pode ser também um outro gênero da patologia da administração burocrática.

(continuação)

são formulados e registrados em documentos, onde a combinação de documentos com uma organização contínua de funções constitui o "bureau"; 8) na esfera administrativa, o exercício de autoridade e, mais amplamente, o exercício da dominação consiste precisamente em administrar, sendo o tipo mais puro de exercício de autoridade legal aquele que emprega um quadro administrativo burocrático. In Max Weber - "Os fundamentos da organização burocrática-uma construção do tipo ideal".

(9) Merton, R. - "Estrutura burocrática e personalidade"

Por interação informal estamos considerando as relações humanas, um fenômeno de interação social no interior da organização. Acreditamos que uma boa parte do processo da compreensão de relações humanas na administração é compreender os gerentes que administram, as suas características, seus problemas e os limites impostos à sua atuação pelos cargos que ocupam.

Só a partir desses conhecimentos podemos chegar às interações implicadas nas relações humanas na administração : a orientação dos gerentes, seus papéis e suas intenções com outros, e principalmente, sobre o destino produtivo dos trabalhadores a seu comando.

Dessa forma, a primeira questão a ser colocada é a de que quanto mais o homem ampliar o conhecimento a respeito da sua personalidade, das necessidades, dos objetivos, mais acertadas serão as suas atitudes. E, sob o ponto de vista organizacional, se a organização visa a maximizar a sua produtividade é necessária, além da estrutura e tecnologia, uma boa compreensão daqueles que nela vão operar ou comandar sem deixar de incluir a variação cultural existente na organização e fora dela.

Nessa linha, muitos acreditam que se não há um ajustamento do indivíduo à organização é porque parte da culpa cabe à organização, pois a competência gerencial não é apenas um conjunto de técnicas de controle da atividade

produtiva. Ela depende, em grande parte, dos traços culturais da organização, da sua estrutura hierárquica, da diferença real entre autoridade e poder e, da cooperação dos trabalhadores. Isto não quer dizer que o gerente, ou o administrador, deva ser um profundo conhecer "cultural", mas que ele deve estar a par daquilo que normalmente pode afetar a eficiência de um trabalhador e, conseqüentemente, o lucro final da organização.

Um conhecimento adequado dos fatores de produção, da situação entre o Capital e Trabalho, de determinados comportamentos individuais relevantes à atividade produtiva será seguramente um caminho para a obtenção da alta produtividade e de moral elevado. Talvez, por este motivo, o tema produtividade tenha sido usualmente vinculado à motivação. Se a maior parte das pesquisas empíricas demonstravam que gratificações salariais, assistência médico-hospitalar, horários móveis, prêmios por produtividade estimulavam e davam melhores condições de vida aos trabalhadores, estas mesmas pesquisas revelavam o caráter insuficiente quanto ao impacto na produtividade e motivação.

Ciente desse fato, a gerência procurou utilizar-se de diferentes técnicas na obtenção da cooperação dos trabalhadores, mas era do seu conhecimento que, em última análise, a alta produtividade e o moral dependiam do desempenho individual de cada membro do grupo de trabalho.

Uma solução técnica foi o treinamento direcionado aos supervisores e líderes formais do grupo de trabalho. Através do treinamento direcionado, eles são orientados para manter o grupo de trabalho coeso ao objetivo da organização. Nesse treinamento, a gerência informa-os de que o processo produtivo é retardado toda vez que houver alguma falha na direção impedindo que as realizações alcancem suas metas.

Um departamento que possui um papel relevante neste neste processo é o de recursos humanos cujo objetivo é adequar o indivíduo ao cargo e à organização através do treinamento técnico e funcional, isto é, atender à necessidade de sua adaptação a novos equipamentos ou à necessidade a adequação comportamento-função. Na verdade, o departamento de recursos humanos existe numa tentativa de amenizar o conflito Capital-Trabalho. Assim, tanto instalações como cargos e relações devem ser adequados para não constituirem futuramente frustrações aos trabalhadores e provocarem um comportamento agressivo destes em relação à organização, ao trabalho e aos demais membros.

A Escola Clássica de Administração também desenvolveu seus estudos quanto às funções, cargos e atribuições na organização sem, no entanto, considerar o indivíduo em si. A natureza humana ideada pelos fisiocratas e desenvolvida pelos clássicos traça silhueta de uma criatura racional que utiliza de sua razão em prol de tudo que lhe traz satisfação com um mínimo de esforço físico. Satisfação não signifi

fica o orgulho pelo trabalho ou um sentimento de ter realizado algo. Satisfação para o Homem Econômico se refere somente ao dinheiro. Paralelamente, o mínimo esforço físico significa, em última análise, o menor grau de incomodidade que pode evitar. Essa incomodidade não se relaciona com técnicas de trabalho e nem com relações informais do grupo de trabalho senão somente ao ganho monetário. O Homem econômico é competidor por natureza sendo a sua única preocupação a própria sobrevivência.

Se reconhecermos, como diz Robbins (10), o fato de que a aceitação de uma idéia depende do ambiente e das necessidades da sociedade na época, a contribuição da Escola Clássica pode ser evidenciada. A preocupação do desenvolvimento industrial do início deste século consistia no aumento da produtividade e a população era receptiva a sugestões de eficiência, pois os benefícios resultantes do aumento da produtividade eram transformados em custos baixos.

(10) Robbins, S.P. - O processo administrativo: integrando teoria e prática. SP, Atlas, 1978. p. 35.

Isto quer dizer que, com os fundadores da gerência científica e principalmente com Taylor, a idéia de maximização ganha novos horizontes. Em consequência da aceitação do Homem Econômico como a concepção da natureza humana, a expectativa da extensão de ganhos monetários não encontra seu par. A palavra de ordem "máximo de ganhos com mínimo de esforços" penetra em todas esferas da necessidade do indivíduo, defendendo a competição no setor da produção além de pagamentos proporcionais à produtividade para conseguir-se melhor desempenho.

Muitas críticas são apresentadas à Escola Clássica de Administração. O estudo de tempos e movimentos, a centralização de poder, a questão de supervisão, a divisão de trabalho, o papel de controlador, de organizador e de planejador parecem ter gerado, eles próprios, a sua contradição. Enfatizar a maximização e eficiência na produção significa dar à mesma prioridade e deferência em termos de custos de produção.

Utilizando-se o seu conceito técnico, a expressão relativa, na definição de custos de produção, o que importa é o resultado final medido em termos de quantidade. Isto significa que a ótica de pagamento direto aos fatores de produção fica relegada a plano secundário.

A exploração do trabalho assalariado, a condição básica do modo de produção capitalista e do lucro do capitalista,

não fica explicitada dado o tratamento que a teoria clássica reserva à força de trabalho. Para ela, a satisfação, ou a utilidade, é o ponto central da permuta entre as variáveis Capital e Trabalho.

Em virtude da Teoria do Valor Utilidade, estudada em geral na microeconomia e difundida nos meios empresariais pela Escola Clássica de Administração, a medida do valor da mercadoria força de trabalho é entendida em termos do seu aspecto externo, isto é, mede-se o valor da mercadoria força de trabalho através de uma escala de satisfação segundo a satisfação que ela proporciona ao consumidor, no caso, o capitalista.

A maximização desta satisfação é medida através da função utilidade que, no caso, não depende de si mesma, mas do resultado de uma troca.

Para a Escola Clássica de Administração esta satisfação, ou utilidade, pode perfeitamente ser reportada simultaneamente às suas variáveis Capital e Trabalho na medida em que o equilíbrio entre elas depende da relação de troca. Desse modo, a medida da satisfação é dada não por uma mercadoria isoladamente mas pela relação de troca entre duas mercadorias. Porém, por outro lado, se a satisfação é apenas permuta entre duas variáveis fica difícil de se explicar no âmbito da organização industrial o conceito de produtividade.

A Escola de Relações Humanas tenta solucionar este problema através da ênfase sobre o fator humano no funcionamento da organização e, conseqüentemente, na consecução dos objetivos organizacionais.

A partir das conclusões de Mayo sobre a importância dos padrões grupais como fontes influenciadoras do comportamento individual e também da fixação de produtividade do trabalho individual, o ganho monetário torna-se o fator menos influente na determinação da produtividade.

Desse modo, a solução do problema se dá na escolha que o indivíduo tem em optar entre suas relações sociais que passam a ser um critério de medição.

Mediante a escolha individual, o fator satisfação é a fonte indicadora da produtividade. Indica subjetivamente que o trabalhador diante de uma série de alternativas se definiu conforme o seu grupo de referências. Embora a escolha seja subjetiva, ela é a expressão da medição do valor, da relação de preferência que depende do trabalhador como seu juiz.

Na questão da busca de um critério de definição do valor, explicitamos a Teoria do Valor Trabalho. Essa escolha se deveu a dois motivos: primeiro, por ela aprofundar na essência de troca das mercadorias Capital e Trabalho, revelando o seu termo de equivalência, que é subjacente à razão

por que se trocam Capital e Trabalho.

Deste enfoque, tratamos de explicar a força de trabalho como o capital variável capaz de produzir um sobre valor, um valor a mais do que o necessário para a sua reposição pelo qual foi contratada, o valor do qual o capitalista se apropria de acordo com os termos de contrato firmado, que lhe proporciona direitos de uso.

E, segundo, por acreditarmos que só através da Teoria do Valor Trabalho, que coloca na esfera da produção o foco central do mundo capitalista, se poderia revelar a exploração do trabalho assalariado que é a condição básica para se definir o modo de produção capitalista.

É sabido que não é mais possível administrar tendo em vista somente as questões técnicas. A Escola de Relações Humanas evidenciou a importância do fator social. A sua concepção da natureza humana - homo social - vem legitimar as necessidades e tradições psicossociais do grupo que a organização de trabalho obrigatoriamente deve atender, se visa a existir a médio ou a longo prazo numa sociedade industrial.

E, entre as necessidades psicossociais mais importantes estão as da relação psicologizada dos indivíduos, ou seja, a relação de ter condição efetiva e função real dentro da

organização de trabalho. Isto significa que cada indivíduo, enquanto membro de uma organização de trabalho, independentemente do lugar hierárquico ou nível da posição que ocupa, deve, primeiro sentir em todo momento que tem realmente uma posição definida na organização, nem que seja o seu grupo informal quem lhe forneça isto, e, segundo, sentir que desempenha uma função, isto é, precisa de fins que lhe dêem razão de ser dentro da organização, ainda que a sua função seja rotineira.

Enfatizando a nossa preocupação com gerências administrativas de pessoal, vale lembrar que a maioria das teorias administrativas, em última análise, são teorias acerca de natureza humana, isto é, por trás das teorias administrativas existe uma concepção da natureza humana que guia toda a norma administrativa e sua produção de riquezas, as quais beneficiarão em maior grau o detentor de meios de produção.

Assim, o administrador, além de resolver conflitos das relações sociais internas deve, de certa forma, coagir os trabalhadores a produzirem num patamar considerado razoável pelo cálculo contábil da organização.

Num cenário industrial, na medida em que o operário não é reduzido inteiramente à "coisa", ele, de alguma forma, ocupa lugar na fábrica e se preocupa com ela. Quando, porém, o relacionamento hierárquico é a nível administrativo, a

coisificação se torna mais difícil de detectar-se e de admitir-se, para ambos os lados, visto que a produtividade não se mede pela quantidade de peças produzidas ao final do dia.

No intuito de exemplificação do exposto acima, podemos citar a distinção sobre atividade trabalho feita pelos autores Sayles & Strauss (11): trabalho em oficina e em escritório, conforme a saída seja um produto ou um documento. E, ainda, conforme o grau crescente de complexidade tecnológica, estes autores subdividem os trabalhos fabris em artesanato, operação de máquinas produção em massa, processo contínuo e automação.

Os trabalhos não fabris (indústria de serviços e do trabalho burocrático), são subdivididas em atividades de relações humanas, esforço intelectual e responsabilidade administrativa, abrangendo criatividade e processo decisório os últimos dois níveis de trabalhos não fabris.

Ao considerar o indivíduo e a sua visão de mundo como peculiares e únicas em cada sociedade e em cada organização, verificamos certas modalidades administrativas que nos permitem traçar o perfil dos gerentes e dos trabalhadores assa

(11) Syles & Strauss - Comportamento humano nas organizações. SP, Atlas, 1969. pp. 81-91.

lariados e suas participações dentro da organização, sejam elas efetivas ou desejadas, uma vez que a gestão de recursos humanos requer outras modalidades além do manual técnico e administrativo que cada organização possa adotar para o seu funcionamento organizacional cotidiano.

Embora o tempo e a presença física de um indivíduo possam ser comprados pelo Capital, não se compram entusiasmo, iniciativa, lealdade e outros fatores que certas teorias administrativas colocam como pré-requisitos da alta produtividade.

A preocupação com a relação Capital-Trabalho é uma constante nas organizações independente da abordagem que possa atribuir na relação. E cada abordagem teórica cria seus princípios administrativos calcados nas necessidades empresariais de uma dada realidade. Estes princípios existem para reforçar um comportamento positivo às gerências e, também, para possibilitar a compreensão do gerente de que ele próprio reproduz, se não no quadro produtivo da organização mas num quadro social, que na essência, se não o privilegia, permite-lhe buscar a sua superação enquanto indivíduo limitado à estrutura organizacional, para assumir um espaço de convivência com os demais trabalhadores, visto ele próprio ser um trabalhador havendo assim pontos comuns de interesse entre eles.

Quanto à questão da adequabilidade ou não das teorias administrativas apresentadas, há que se considerar, primeiro, o tipo de atividade desenvolvida pela organização e, segundo, o estilo administrativo adotado pelas organizações congêneres para efeito de análise comparativa.

A proliferação de teorias administrativas nestes últimas décadas tem contribuído muito para novas formas gerenciais. Um exemplo disso é o estabelecimento de formas de gerenciamento por objetivos, por projetos, por produtos, por sistemas, etc.. Porém, a maioria das teorias administrativas é de caráter normativo, com base ideológica na manipulação que supõem, primeiro, a aceitação passiva, por parte dos seus trabalhadores, das suas prescrições e, segundo, a aceitação de novas práticas gerenciais por parte dos indivíduos quando, na verdade, ocorrem resistências às novas formas por estarem já habituados com as práticas convencionais, passando até à atitude de desconfiança quanto às próprias intenções de quem as sugere.

Este caráter normativo das teorias administrativas diz respeito aos comportamentos culturais e historicamente determinados da organização, o qual visa a ser geral, partindo diretamente de um tipo de organização em vez de uma abstração daquilo que foi percebido como geral a todos os processos produtivos (a nível de produtos ou serviços fins) e processos decisórios.

Diante destes fatos - tendências de mudança no estilo de gerências e caráter normativo das teorias administrativas - Basil & Cook (12) propõem três dimensões para a análise de origens das mudanças as quais têm impacto sobre seus agentes tais como o indivíduo, a organização e a geopolítica. A primeira é a dimensão institucional-estrutural; a segunda, a dimensão da mudança tecnológica; e , por último, a social-comportamental.

No presente trabalho, propomos um exame de apenas duas dimensões para a análise dos fatos acima: a institucional-estrutural, que se refere às alterações no posicionamento das "camadas populacionais" da organização ou da sociedade, e a social-comportamental, considerada basicamente em relação ao modo de "agir" do indivíduo dentro do ambiente social, seja ele organizacional ou da sociedade como um todo.

Levando-se em conta as considerações dos autores Basil & Cook de que o dinamismo da administração é devido ao desenvolvimento tecnológico, às mudanças na estrutura da sociedade e da sua cultura predominante, tentamos descre-

(12) Basil & Cook - The Management of Change. London, McGraw-Hill Book Company Limited, 1974.

ver a estratificação social e as normas comportamentais sujeitas às diversas abordagens teóricas das diferentes escolas de administração. Estas, com suas diferentes abordagens sobre a concepção da natureza humana, surgiram em épocas cujas peculiaridades levaram seus teóricos a explicar fenômenos administrativos e humanos de acordo com os componentes julgados mais relevantes.

Categorizamos, por este motivo, as épocas em que as diferentes abordagens teóricas surgiram: no estágio pré-industrial da sociedade, predominava a "estrutura tradicional" caracterizada pelo grau de achatamento da estrutura, isto é, uma família ou clã na cúpula da organização e os trabalhadores na base, não havendo quase cargos de gerência entre elas (13).

A partir do estágio industrial, em virtude da divisão de trabalho e da especialização de tarefas por meio de subdivisão do processo de trabalho, surgem processos e subprocessos hierarquizados sujeitos à autoridade funcional de supervisores. Esta multiplicidade constitui uma adaptação da estrutura tradicional que resultou numa estrutura pira-

(13) Weber, M. - Economia Y Sociedad. México, Fondo de Cultura Económica, 1964. pp 173-180.

Segundo Bresser Pereira, a razão principal dessa estrutura achatada é a recusa da família em contratar administradores profissionais.

midal visto que, primeiro, a especialização de tarefas leva à criação de cargos fixos e, segundo, a especialização por função requer a junção de agrupamentos com atividades consideradas afins. Na verdade, a necessidade prática de integrar as unidades especializadas faz com que sejam criadas chefias na tarefa de coordenação de pessoas, de funções, de tarefas, etc..

Definido, inicialmente, o que vem a ser a expressão "estilo", Fiedler & Chemers (14) consideram três as variáveis básicas que influenciam no estilo gerencial: o grau de estruturação de tarefas (que segundo M.E. Shaw pode ter quatro fatores básicos nesta estruturação: dificuldade de tarefa, multiplicidade de soluções, requisitos de cooperação e familiaridade da população no intuito de esclarecer como a tarefa influi na relação do gerente com seus subordinados); as relações sociais entre o gerente e os demais membros do grupo, e o poder, o controle e a influência desfrutados pela posição do gerente ao ser nomeado pela direção da organização.

(14) Fiedler & Chemers - Liderança e administração eficaz. SP, Pioneira/Edusp. 1981. p. 35-64.

A mudança do papel do gerente, desde a concepção clássica taylorista (15) de chefes funcionais, de chefes com posição e status, o estilo ideal de Blake em Managerial Grid (16) até a concepção contingencial (17) - isto é, a do líder com base no conhecimento, capaz de influenciar seus subordinados, seu superior imediato e as pessoas com quem se relaciona horizontalmente - permite-nos dizer que, neste estilo de gerência, a sua função básica é a de coordenar o trabalho dos indivíduos. Desse modo, o "comportamento" do líder ou do gerente é contingente à situação conforme Fiedler já o tinha descrito.

Nesta linha, Reddin (18) avalia os significados e as forças com que atuam os cinco elementos situacionais: organização, tecnologia, superior imediato, subordinados e colaboradores laterais. Cada um desses cinco elementos influenciam no estilo do gerente que pode ser expressa em um ou

(15) Ver Taylor, F.W. - Princípios de Administração Científica. p. 113-114.

(16) Ver Blake & Mouton - "The Managerial Grid in three dimensions". ASTD Journal, p.2-5, January, 1967.

(17) Ver Cleland & King - Management: a systems approach. NY, McGraw-Hill Book Company, 1972.

(18) Ver Reddin, W.S. - Eficácia gerencial. SP, Atlas, 1976. p. 84-86 e 137-147.

-se tanto ao valor da capacidade produtiva da organização humana quanto ao valor da satisfação de sua clientela (19). Esta contabilização é uma forma de traduzir em valor monetário a organização humana, isto é, saber o quanto vale em dinheiro esse ativo específico.

Posto este cálculo, o autor procura determinar situações que favoreçam uma atuação dos recursos humanos que resulte no futuro em um acréscimo positivo ao desempenho organizacional, ou seja, considera a organização humana como fator preponderante e determinante numa empresa, dando ênfase, conseqüentemente, à natureza orgânica da empresa e às forças motivadoras que inspiram o trabalho humano (20).

Através de estudo de casos, Likert conclui que o sistema administrativo de uma empresa é o fator básico na determinação da sua produtividade e as mudanças de sistemas administrativos ocorrem quase sempre em busca de maior produtividade e menores custos.

(19) Likert, R. - A organização humana. SP, Atlas, 1975. p. 178.

(20) Likert, R. - A organização humana. p. 9-10.

Baseado nestes fatos que se referem a dimensões do funcionamento organizacional, Likert constrói a teoria da organização eficiente descrevendo quatro estilos de administração preponderantes nas organizações denominados Sistemas 1 a 4: autoritário coercitivo, autoritário paternalista, consultivo e participativo com base no grupo. Na verdade, são quatro filosofias organizacionais que buscam criar um ambiente organizacional favorável ao desenvolvimento dos indivíduos da organização, dando ênfase ao lado da "valoração" individual (sentimento de realização pessoal, sentimentos de valor e aceitação, etc.) atingindo com isso um maior desempenho dos indivíduos no trabalho e, conseqüentemente, maior nível de desempenho organizacional.

O tratamento contábil da organização humana já era discutido nas ciências sociais, mesmo antes do Likert. Por exemplo, Schultz (21) utiliza o conceito de Capital classificando-o pela dicotomia Capital humano e não-humano, como classes heterogêneas e analiticamente fundamentais. E explica o porquê da terminologia capital humano: "é humano porque se acha configurado no homem e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas".

(21) Schultz, T.W. - O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. RJ, Zahar, 1973. p. 53.

A partir dos teóricos contingenciais ou situacionais, surge a temática participação nas teorias administrativas. Segundo Crozier (22), "a participação é, com efeito, um dos problemas-chaves das sociedades pós-industriais: é o que permite sacudir o peso exercido sobre a sociedade pela paixão do mando, do controle e da lógica simplista que anima os grandes lacaios, os patrões, os técnicos e os mandarins deversos que nos governam". Assim, desde a habilidade humana do administrador descrito por Katz (23) como "a habilidade de trabalhar eficazmente como membro de um grupo", as três dimensões da Managerial Grid de Blake até o Sistema 4 de Likert, vemos o toque da temática participação influenciando na construção dos estilos ideais de gerência.

O Trabalho é uma dimensão necessária a todos os sistemas sociais produtivos. O que varia é a série de características intrínsecas a cada tipo de trabalho que, como sua consequência, exigem determinados comportamentos de seus participantes que o efetuam. É, em virtude também, dessas peculiaridades que eles recebem recompensas específicas normalmente estipuladas para o atingimento de um mínimo de eficiência.

(22) Crozier, M. - La société bloquée. Paris, Editions du Seuil, 1970. p. 77.

(23) Katz, R.L. - "Skills of an effective administrator" Harvard Business Review, vol. 33, p. 33-42, Jan-Feb, 1953.

Desse modo, o que varia, na verdade, é a relação entre o trabalho e as condições de trabalho. Assim sendo, podemos, no intuito de melhor visualização, definir uma tipologia ' de categorias do trabalho assalariado e suas determinações históricas.

Nas sociedades modernas capitalistas, o trabalhador assalariado se caracteriza por (24):

- a) produzir um trabalho excedente;
- b) adquirir os seus meios de vida no mercado, isto é, não há produção direta dos meios de vida;
- c) suas necessidades serem definidas econômica e culturalmente pelo Capital e não pelo Trabalho e Natureza;
- d) seu vínculo com o mundo ser essencial; isto é, em virtude da socialização do processo de produção e da privatização do produto final, ele depende de terceiros, e o seu mundo é determinado pelo processo de Capital;
- e) estar voltado "para fora" , para os outros, independentemente da sua vontade, isto é, a própria natureza do trabalho faz com que, independentemente da sua vontade individual, dependa de outros e a sua realidade social' é ilimitada. Concretamente, a realidade social do

(24) Marx, K. - O Capital, capítulo XLVII, item 5: "o regime de parceria e a propriedade parcelar dos camponeses", Tomo III, p. 743-753.

trabalhador assalariado é essencial, pois a força social do trabalhador está na sua classe social e não no indivíduo trabalhador. Ele só é "forte" significativamente quando assume o coletivo. Além disso, frente ao impedimento de ter contato "face a face", o trabalho se torna abstrato e a solidariedade passa a ser, também, de classe;

f) ser socialmente constituído pelo antagonismo, isto é, a contradição entre Capital e Trabalho faz com que aquilo que o trabalhador faz lhe seja estranho e alheia. Consequentemente, o trabalhador se constitui pela mediação da "coisa" que faz e o antagonismo aparece na produção onde o fetichismo está presente;

g) surgir o conflito no interior das relações de produção, na exploração, isto é, o conflito é o resultado da configuração entre Capital e Trabalho e, visto que o trabalho ser oposto às condições de trabalho, o trabalho aparece separado, isolado do produto e o que se leva em conta é o tempo ou a produção final. Desse modo, o conflito é permanente e o trabalhador encara o conflito como "natural". Ou seja, as bases sociais do conflito são permanentes e diárias.

Como a força do Capital se faz presente já no processo produtivo, há uma exteriorização do trabalho e da coisa produzida. Trata-se da personificação das relações sociais: do trabalho, que cria algo que não lhe pertence, e do produto que, na verdade, é a contrapartida da exteriori

rização. Na verdade, esta personificação é a configuração dessa contradição: a coisificação do trabalhador e a personificação do produto, que eram um evento "fantástico", anormal (25) e que se torna cotidiano e incorporado no dia a dia e o próprio fantástico já é personificado;

- h) expressar a consciência o caráter alienado do trabalho, pelo fato de o sujeito (o trabalhador) se ver pela mediação do outro. É uma consciência do abstrato e não do concreto: por ser uma consciência que flutua entre o percebível e o encoberto, por se expressar não só o ocultamento, mas, também, o "deformado", por ser uma consciência mediada pela igualdade jurídica e pela desigualdade econômica, a relação homem-natureza é uma relação indireta com mediação e a consciência do trabalho é do nível do abstrato (pois a igualdade jurídica, ou o contrato de trabalho, é uma abstração da relação homem-homem).

Visto ser o conflito permanente e diário, o senso comum no trabalho é carregado de desinformação, isto é, o "saber" está embutido na máquina e não no trabalhador, e a concepção do destino não aparece carregado com atributos da natureza mas só se direciona na ascensão social. E o trabalhador vive num mundo de probabilidades, sem plenitude de vida (26): nada é certo a não ser o fa

(25) Taussing, F.W. - Wages and Capital. NY, Augustus M. Kelley Pub., 2ª ed., 1968. item: "dinheiro e o fetichismo de mercado".

to de a História ser um fato cumulativo. O passado, presente e futuro não estão amarrados com o destino particular e nem começam ou terminam com a história de uma vida individual. É por este motivo, também, que o conflito é permanente e a sua durabilidade se estende mais do que a duração de uma vida. E não existe o mediador no conflito que possa absorver as tensões surgidas do conflito;

- i) por viver a situação, a possibilidade objetiva da classe para si. Esta possibilidade permite-lhe que recupere a totalidade da sua situação e a visão da história não de forma individual, não o trabalhador assalariado mas, sim, o Trabalho assalariado;
- j) não ter alternativa a não ser a de transformar a realidade. Neste sentido, a classe assalariada é transformadora, o agente transformador da realidade. Por outro lado, dada a impossibilidade de inversão ou reversão do desenvolvimento das forças produtivas, a recuperação se dará via transformação e não via reversão, do tipo uma volta atrás;
- k) ser o conflito da classe assalariada historicamente essencial, isto é, esse conflito não define apenas a ação do trabalhador mas, também, a direção do processo histórico. E, a definição da direção permite avançar no processo sem recuo.

(26) Weber, por exemplo, na passagem sobre os patrícios descreve a concepção do destino deles.

Esta tipologia de categorias de trabalho assalariado nos permite visualizar a realidade vivida pelos trabalhadores' que implica na transformação, na forma como eles aparecem, nos seus sonhos e ainda, no seu lugar histórico.

Se, como sugere Lefort (27), há história evolutiva e história repetitiva, verificamos que a sociedade capitalista' - onde a produção passa a ser constantemente revolucionária - o próprio estado (situação) anterior é reproduzido e as transformações que ocorrem mesmo a nível de relações' sociais acabam mantendo a sociedade enquanto tal, e, ainda, nenhum ou quase nenhum evento provoca tal tipo de reação necessária à história evolutiva. Em consequência, no capitalismo, o movimento e a repetição são elementos essenciais à sua "história". Porém, a condição de se considerar o "algo repetitivo" ou a de se considerar o "algo novo" a partir do evento passado ou do presente com categorias diferenciadas é, para Lefort, a ideologia. Ou seja, a repetição do fato é ideologia, o universo simbólico.

Resta saber se essa ideologia é algo instaurado apenas com o capitalismo (ideologia enquanto algo que se opõe e esconde algo que não é ela mesma) ou, se as vinculações en

(27) Lefort, C. - As formas da história: ensaios de antropologia política. SP, Brasiliense, 1979. p. 211-250.

tre formas simbólicas e ideologia, formas simbólicas e estrutura de poder da sociedade são fatos que se diferenciam conforme o sistema social. Para Lefort, a ideologia é concebida como algo necessário ao ocultamento do real; porém, ela não é uma mera ilusão mas, sim, parte efetiva desse real. Ou seja, ela é um "mecanismo" social necessário para ocultar uma parte essencial do real a partir do "enxergar" da outra parte do real.

Esta efetividade parcial do real surge, primeiro, como uma codificação dos fatos reais, da realidade empírica, como uma visão do mundo já interpretado. Na atualidade, ela já não é a interpretação mas, sim, uma tradução do real.

O percurso da ideologia, no decorrer do desenvolvimento da sociedade, como codificação, como interpretação, como tradução também é preceptível no plano teórico da ciência administrativa.

Dentro desta ciência, o primeiro momento teórico é de dualidade : arcaico-moderno ou tradicional-científico, lançado pela abordagem clássica de administração. Este momento se firma no campo da ciência da administração com Taylor e seus princípios fundamentais que objetivam ser muito mais uma filosofia do que uma técnica ou métodos de administração - uma filosofia com seu cunho científico, com seus métodos e fundamentos calcados na ciência da filosofia' em direção a uma revolução cultural "não material" nas

organizações de trabalho; filosofia de mudança na mentalidade tradicional e arcaica em direção ao moderno e científico. Pela experiência empírica concreta, a dualidade se findaria e venceria o lado "científico" da realidade. No fundo, podemos dizer que este primeiro momento foi uma tentativa (e uma tentativa bem sucedida) de se questionar a visão de mundo da classe trabalhadora tendo como tópicos centrais a relação entre a necessidade e a realidade da organização de trabalho, a resistência à mudança dos métodos arcaicos tradicionais, inclusive por parte dos empresários.

O segundo momento foi marcado pela preocupação com a própria dualidade e seus efeitos na relação social no seio da organização de trabalho. Já discutimos, no início do presente trabalho, que ocorrida uma transformação na cultura material da sociedade é fundamental que ocorra uma transformação proporcional na cultura não material. Caso contrário, surge à tona a falência de instituições sociais e também de organizações de trabalho.

O ponto que ainda não foi ressaltado com seu devido peso foi a influência bastante significativa da teoria de Talcott Parsons nas ciências sociais e inclusive em teorias administrativas, em especial a teoria de padrões alternativos de orientação valorativa. A partir dela, muitos autores construíram uma tipologia do desenvolvimento organizacional e, posteriormente, apresentaram um diagnóstico da chamada "re

sistência à mudança".

Atualmente, estes diagnósticos se desembocam na tipologia da articulação situacional, como uma tentativa da retomada' no campo teórico da temática da desigualdade temporal entre a organização e o meio-ambiente como algo que deve e pode ser superado.

Pedindo um empréstimo das palavras de Lefort, talvez possamos dizer que nesta "articulação situacional" um único elemento que dificilmente poderá ser superado é o contraste entre a finitude das experiências humanas e a infinitude de combinações ou hibridações situacionais. Nesse sentido, a organização de trabalho, na busca da ampliação do seu corpo inorgânico que caminha na direção da infinitude, é estancada pela própria reprodução da "comunidade" ou feudo organizacional com o mesmo modo de vida anterior, com a mesma cotidianidade. Assim, o enigma da organização de trabalho seria o momento da decomposição do tal esquema, a relação indivíduo-administração-organização que comporia um mesmo "corpo" que se recompõem constantemente.

Esta recomposição constante é a fonte da proliferação das teorias administrativas, das teorias organizacionais, das teorias comportamentais. Esta proliferação, como já foi 'dito, é rica em contribuições mas, por outro lado, será possível questionar se não há nisto uma dialética nas orga-

nizações de trabalho que, a nosso ver, são indeterctáveis, dado o nosso conhecimento "fechado" (porque a tríade teórica fecha o plano da investigação). Não será o nosso "ver", o nosso "enxergar" já viesado de antemão? Como diz Lefort, "as formas acabadas são as chaves para entender as formas não acabadas". Assim, no campo administrativo, isto se mostrou ainda insatisfatório.

A separação do trabalhador de si mesmo, diluído no conjunto da "máquina produtiva" - forma instituída pelo modo capitalista - o trabalhador é esfacelado como se fosse um membro do novo corpo: o trabalhador coletivo da manufatura comporia um corpo monstruoso, pois nada mais reteria o caráter de suas partes (28). Assim, no corpo coletivo "re-apareceria" o princípio de repetição, o corpo analítico. Segundo Marx, "a manufatura não tem outro fim que não a sua conservação" e, num determinado momento em que a transformação se encontre, novo ponto de equilíbrio daria a passagem para a grande indústria. Assim a manufatura passa a ser visto como uma fase necessária à indústialização.

(28) Ver Deleuze & Guattari - O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia. RJ, Imago, 1976.

Porém, para Lefort, haveria uma contraposição possível como a que há entre a imagem (isto é, mundo pré-capitalista) do corpo e o fantasma (mundo capitalista) do corpo. Quando o corpo já não mais for orgânico mas, sim, um fantasma, dá-se o início da emergência da ideologia.

O modo pré-grande indústria estaria ligado, ainda, a alguma subjetividade, a aptidões individuais. Depois se sobreporia à razão técnica, à necessidade objetiva: e esse esquema corporal é assim subjugado ao movimento da máquina. Assim é que surgiria a figura do autômato e, enquanto sujeito a ele, o corpo se subordina pois passa de orgânico a mecânico - isto é, "pende sua imagem e se põe a fantasma". Assim, rende-se a privacidade do saber artesanal. O saber agora é público. A partir disso, é o saber que organiza, que coordena, que controla, possibilitando, desse modo, a homogeneização. Não há mais o enraizamento num modo de existência particular e a ciência aparenta-se como "transparente" - mas, no entanto, ela é apropriada, é privatizada pelo Capital.

Assim, a conjugação da "transparência das relações sociais" instauradas no capitalismo com a própria ideologia que as mascara faz com que as relações de produção já não sejam mais divinizadas, apresentando-se tais quais são (29).

(29) Ver Marx, K. - O Capital, capítulo XXI.

Se a história nos lega alguns ensinamentos primorosos, na da mais salutar do que uma volta por cima (não recuo) e observá-los com outro "enxergar", com outras "codificações".

Assim sendo, as ciências administrativas também devem apreender para si alguns fatos da história que lhes dêem novas contribuições.

oOo

POSFÁCIO

POSFÁCIO

Percebi que a INTRODUÇÃO é sempre feita no final do trabalho. Nada mais certo do que ela ser a última página. Assim se entra no trabalho sem pré-conclusões.

Frequento "instituição educacional" já quase duas décadas. E uma coisa sempre me chateou muito: fazer trabalho e prova. Como superar isso? Afinal de contas, tinha que fazê-lo caso pretendesse concluir os cursos.

Quando, de um lado, o assunto abordado durante o curso tivesse sido apaixonante, tinha receio de me ousar demais: por outro lado, quando o assunto era irrelevante, tinha receio de perder meu tempo (curtíssimo tempo, pois a vida terrena é curtíssima). Mas, na tentativa de conciliar "interesse privado - exigência pública", sempre acabava optando entre uma e outra. Por que não uma terceira alternativa?

Nessa busca, encontrei uma meia-solução: já que não conseguiria terminar o curso sem fazê-los, por que não torná-los menos formais e mais criativas? Pelo menos tornar-se-iam mais divertidos e agradáveis ao menos para mim.

Durante o curso de graduação, já fiz provas onde os tenentes provocam uma segunda revolução como uma tentativa de re

torno à situação anterior devido à insistente evocação de certos professores com a "revolução de 30" ; prova em que Marx fica "doido da vida" com uma afirmação do professor e escreve uma carta irada ameaçando-o a atacá-lo, como Asterix e Obelix faziam com os romanos, e outros mais.

Afinal, sempre é mais fácil de discutir como a gente faz no dia a dia, usando as mesmas palavras, o mesmo decodificador, "recheando" os conceitos, se fazendo "claro", ordinariamente.

É certo que, na maioria das vezes, danei-me. Também é certo que, nas poucas vezes, aproveitei esse desvio de formalismo que permitiu-me brevar a paralisia do raciocínio.

Foi assim que comecei a me preocupar com a forma do trabalho.

A forma não é o esqueleto, nem plano, nem arcabouço, muito menos, o conteúdo.

A forma é a maneira de "contar" a estória, de delimitar o espaço físico, o espaço temporal.

Porém, o trabalho da dissertação...

Fazer um trabalho sobre "teoria e comportamento organizacionais" equacionado com um assunto do meu interesse...

A escolha do tema - ou qualquer escolha - é dessas coisas que nunca dão para se explicar direito.

Na pós-graduação nada era novo, tudo era quase velho: professores, alguns colegas, salas de aula, até as certas disciplinas obrigatórias eram velhas com auréolas de divindades e por isso incompreensíveis, temerosas.

O próprio tema da dissertação era velho e novo. Conhecido e desconhecido.

Mais do que isto: misterioso.

Como eu iria achá-lo? Incrível, não é?

Afinal, o tema não era algo distante da minha realidade mas eu não conseguia visualizá-lo e, praticamente "desconhecia" o assunto.

Livros, apostilas, livros, outra apostila...

Tudo isso para chegar aos rincões da teoria e, conseqüente' e indiretamente ao tema da dissertação.

Fiquei a imaginar: por que não fazer de certos autores o meu colutor? Assim, poderia perguntar aos próprios : "por quê?", "mas, como?", "não entendi, muito menos compreendi"...

Com certeza, a resposta deles seria: "minha cara, vá ler nossos livros ! "

Foi o que fiz...

Se, de um lado, desconhecia o tema da dissertação, de ou

tro, eu tinha certeza - quase que teimosia - de uma coisa: não iria ao campo.

É certo que o "empiricismo" favorece o manifestar das opiniões, com força da convicção da comprovação fatural (nem que seja sob a ótica particular muito restrita e pobre) ou da argumentação simbólica dependente do discursador.

Também é certo que muitos professores confundem o empiricismo da observação em geral ou de questionamento concreto. Pois consideram a observação como um sinônimo do empirismo quando, na verdade, este último nada mais é do que um tipo particular da observação de cunho ideológico variado seja ele fenomenologista, positivista, psicologista, etc..

Se a escolha dos assuntos da dissertação mostra a tendência teorizante (ou superteorizante) e até, talvez, megalomaniaca, esta tendência é devida à inadequação do ensino da graduação.

O ensino formal é essencialmente teórica e conseqüentemente, rejeita a priori tudo que é empiricista. Assim, os alunos ao saírem da graduação não conseguem manipular as idéias gerais ou efetuar uma observação que não seja de ordem intuitiva. Não têm método, qualquer que o seja, sendo assim, péssimos pesquisadores.

E eu sou um dos frutos desse ensino.

Um outro efeito, a nível geral, do teoricismo do ensino formal é o tom do seu discurso.

Todo discurso acadêmico torna-se um discurso generalizante, de tendência elitista.

Em virtude disso, o relacionamento entre a esfera acadêmica e a esfera do mundo real desaparece, não há troca, não há intercâmbio com a social. Fora da dimensão física do acadêmico é "massa" informe.

É por este motivo que algumas pesquisas realizadas no meio acadêmico sofrem pressupostos ideológicos ou fetichização do aspecto técnico-científico; ocorrem pressupostos ideológicos e, o pior aspecto desse tipo de pesquisa é a paternidade imanente, isto é, a pesquisa sempre tem um dono, um apropriador dos resultados seja porque é o financiador seja porque é o beneficiador.

Estes foram os motivos mais fortes que me apoiaram, na intenção inicial, da não realização de uma "pesquisa empírica".

No trabalho da dissertação ou da tese, espera-se "uma apresentação formal e, também, seguir normas básicas já consagradas pelo uso, regras essas que têm por objetivo padronizar formalmente os trabalhos acadêmicos" (1).

Essa padronização "pública" forçou-me a abandonar a forma "privada" do trabalho singular.

Assim - visando a atender à padronização dos trabalhos acadêmicos - optei a escolha em um tipo específico de dissertação: uma revisão bibliográfica.

Mas, nesse trilha, receio ter cometido alguns pecados mortais: não pedi licença aos vários autores e agentes e fui invadindo o espaço alheio e, pior que isso, fiz uso das "suas" falas para formar e delinear o escopo do trabalho.

Sei que não consegui, de maneira alguma, esgotar o assunto.

Esse estudo trouxe, para mim, algumas inquietações e uma sensação de frustração de não ter conseguido tornar as idéias mais claras, como num passe de mágica.

Na minha imaginação, realizei conversas muito reais, concretas com os autores, com certos professores da FGV/EAESP, e tudo era tão claro !

Mas, terminado o trabalho, ficou a frustração, a falta de um "ponto final".

Na busca de uma amenização dessa frustração, conclui que a utopia e a fantasia, enquanto uma construção "positiva", é válida (e, a importância da escola também é por aí: levanta

tar questões, construir "algo"). E a superação dessa frustração vem com o arsenal adquirido pela discussão e leitura.

Espero ter a oportunidade de continuar; espero conseguir manter a mente e o corpo abertos para novas e velhas idéias.

De qualquer maneira...

Pretendia, neste trabalho, dar uma "olhada" na situação da sociedade industrial, a nossa sociedade, a sociedade composta por trabalhadores e não-trabalhadores; seus sonhos, limitações, consciências, frustrações e perspectivas de vida futura.

Neste intuito, fiz a mediação das bibliografias da área de administração com a teoria de valor de Marx, pois necessitava de algo como medida, como algo que medisse o valor.

Centrando a atenção ao indivíduo, seus problemas, seu trabalho, percebi que todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de os homens viverem juntos; as coisas e os homens constituírem o ambiente de cada uma das atividades humanas.

Daí fiquei a imaginar os "paradigmas do mundo" e, as atividades humanas correspondentes: labor, trabalho, ação.

A atividade labor não requer a presença de outros indivíduos, mas, um ser que "laborasse" em completa solidão não seria humano e, sim, um "animal laborans" no sentido literal da expressão.

Um homem que trabalhasse, fabricasse e construísse em um mundo habitado somente por ele e ninguém mais, não deixaria de ser um "fabricador" mas, também, não seria um "homo faber", pois teria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria um "deus" - um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos.

Dentre as atividades humanas, a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade. A sua existência só ocorre no interior da sociedade humana, pois só a ação é a prerrogativa exclusiva do homem e, só a ação depende inteiramente da constante presença dos outros homens. A ação e a vida em comum têm uma relação muito especial; é a relação descrita por Aristóteles como "zoon politikion" (2) .

E a atividade "trabalho"?

Podemos delinear o "mundo de atividades" em três paradigmas básicas, cada qual correspondente a um tipo específico da atividade humana: paradigma 1 sendo o mundo clássico, com atividade TRABALHO; paradigma 2 como mundo industrial, com atividade LABOR; e paradigma 3 como mundo dialético ,

com atividade AÇÃO.

O mundo clássico é o mundo dos gregos, o mundo onde o trabalho é consciente.

O mundo do labor é o mundo mecânico, o mundo em que se acredita na reificação da história, história que caminha-se por si própria. É o mundo do "alegre detentor do emprego" (job holder), aquele que é incapaz de falar o que faz, aquele que sente com sentimento dos outros, aquele que vê com olhos dos outros, aquele que ama com amor dos outros. É o indivíduo definido pelas circunstâncias, é o indivíduo "possessivo". A sua possessividade é pela falta do "seu" (self), da coisa singular, da coisa ordinária. Em virtude dessa falta, "aqueles que me amam neste mundo, empenham-se em manter-me prisioneiro" (3).

O mundo dialético é o mundo da ação, do auto-conhecimento. O mundo onde o indivíduo é personificado, onde ele é o sujeito. É o mundo pelo qual nós lutamos para atingí-lo.

Podemos, inclusive, parafrasear Goethe nos três paradigmas acima:

no mundo clássico: "no princípio era o verbo" ;

no mundo mecânico: "no princípio era o sentido" ;

no mundo dialético: "no princípio era a ação".

Esta mudança gradual (muito gradual) da concepção da atividade humana vem modificar o próprio pacto do homem consi-

go mesmo.

Marcuse (4) sintetiza o que é ser homem num mundo mecânico, num mundo onde a atividade TRABALHO exerce a função integradora decisiva do homem na sociedade:

"nascemos e morremos racional e produtivamente. Sabemos que a destruição é o preço do progresso, como a morte é o preço da vida, que a renúncia e a labuta são os requisitos para a satisfação e o prazer, que os negócios devem prosseguir e que as alternativas são utópicas. Essa ideologia pertence ao aparato social estabelecido; é um requisito para o seu funcionamento contínuo e parte de sua racionalidade ... A sociedade se reproduz num crescente conjunto técnico de coisas e relações que inclui a utilização técnica do homem - em outras palavras, a luta pela existência e a exploração do homem e da natureza se tornam cada vez mais científicas e racionais".

Assim, o trabalho adquire e firma a sua função integradora da sociedade moderna (5). Este fato, também, justifica o aparecimento de numerosos traços culturais referentes à atividade trabalho, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do qualitativo. Discerne-se, assim, todo o complexo cultural que tem como o valor básico o trabalho.

Numa sociedade centrada no mercado, como a nossa sociedade, o indivíduo que não é detentor de um emprego (o desem -

pregado) é um "infeliz".

A sua desocupação é sentida de forma angustiante: porque ele não é "produtivo", porque não é "explorado".

A psicose desocupacional (parafraseando Dewey), isto é, os efeitos psicológicos da desocupação na sociedade moderna, centralizada no mercado, são descritos por Drucker (6): "O desempregado, sobretudo, desintegra-se socialmente. Perde as habilidades que tinha, a moral que ostentava, torna-se apático e insocial. O desempregado a princípio pode ser amargo; o ressentimento é, ainda, uma forma de participação na sociedade, embora negativa. Logo, porém, para o desempregado, a sociedade se torna demasiado irracional e incompreensível até para a revolta. Fica perturbado. Sente-se ameaçado. Passa a resignado e por fim mergulha numa apatia que é como que uma morte social. Durante os períodos crepusculares de alta atividade nos negócios e altos desempregos que caracterizam os países industriais num passado recente, qualquer estudioso de questões sociais com experiência, seria capaz de descobrir dentro de uma multidão, de uma cidade industrial, numa tarde de sábado, os desempregados crônicos. Não vestiam necessariamente com mais pobreza do que os outros; não pareciam mais subalimentados do que a maioria dos operários empregados da multidão. Tinham, porém, um ar iniludível de perturbação, de homens derrotados e perseguidos por uma fatalidade cega que os distinguia tanto como se eles pertencessem a outra raça. E é assim num certo sentido. Em torno deles levan-

tou-se uma muralha invisível, separando-os da sociedade, que os proscreeu. Não só os desempregados: a sociedade sentiu essa muralha. O intercâmbio social entre os empregados e os desempregados gradualmente cessou. Frequentavam botequins diferentes, diferentes casas de jogo, quase não se casavam entre si e, em geral, permaneciam 'separados.

Não há páginas mais trágicas e mais espantosas em toda a literatura a respeito de desemprego crônico, do que as que contam a destruição, por ele causada, na comunidade' mais indispensável ao homem: a família. Muitas famílias completamente desempregadas mantiveram sua coesão e força social. Mas, raramente, uma família, em parte desempregada, continuou a ser uma comunidade em funcionamento. Pai desempregado, filhos empregados, irmãos desempregados, irmã empregada ficavam separados por uma muralha de mútua suspeita e incompreensão, que nem o amor nem a necessidade conseguiam destruir.

Se há necessidade de outras provas da significação social do desemprego, temo-las na jogatina a que se entregavam os desempregados, em todos os países industriais. A popularidade das apostas de futebol e corridas de cachorros, na Inglaterra, ou do "jogo dos números", nos Estados Unidos, não se explica pelo desejo dos desempregados de ganhar algum dinheiro da única maneira possível. O desempregado sabia tão bem que podia perder, quanto 'qualquer articulista caturra que fizesse cálculo das

probabilidades. Mas a sorte cega e irracional lhes parecia a única força ativa deste mundo e desta sociedade. Só a sorte vale. E as apostas de tutebol ou os "jogos de números" lhes pareciam a única conduta racional, numa sociedade sem outra razão de ser, sem significação, sentido, função e poder integrativo".

Dicútimos o homem sem, no entanto, defini-lo.

Afinal, que é homem?

Que significa o termo "existir" numa sociedade em crise política, moral, social e econômica como a de hoje?

Parece-me que este clima turbulento provoca uma intensificação de interesse pelos problemas individuais, de indivíduos. As soluções dos problemas de liberdade e de felicidade individuais são frequentemente propostas e debatidas. E, normalmente, uma "filosofia do homem", indica a direção na qual se pode buscar uma verdadeira solução desses.

Mas, afinal, qual o problema crucial do homem?

Um indivíduo representa a raça humana, ele é um exemplo específico da espécie humana. É um indivíduo com suas peculiaridades e, nesse sentido, sem igual, mas ao mesmo tempo, é representativo de todas as características da raça humana. E, a sua peculiaridade individual é determinada pelas particularidades da existência humana, comuns a todos os homens (7).

Quando nos dispormos a analisar as atitudes de um indivíduo, a julgá-las, precisamos tomar devidos cuidados no "entendê-lo" como um ser que tem características próprias, e também, gerais da raça humana.

Isto significa que é preciso analisá-lo dentro de um contexto, dentro dos grupos em que participa ou com os quais mantém contato. Pois o indivíduo é um conjunto de atitudes internas e externas, dependentes e complementares entre si.

Um indivíduo que se constituir como um "sistema fechado", de relações apenas consigo mesmo, não sobreviveria, já que não se ajustaria às alterações do ambiente, tendendo-se à homogeneização e finalmente, à morte.

Os aspectos físico e mental de cada um vão sofrer ajustes sucessivos, e aquilo que já está otimizado geralmente é mantido e conservado.

Isto significa que o ser humano é um "sistema" tão complexo que um desajuste em um "subsistema" pode causar o desarranjo do todo.

Todo não é uma simples soma das partes, mas a combinação entre elas. É como uma engrenagem que só funciona direito se os "dentes" se ajustarem e permitirem que a ação de um provoque a movimentação do outro e, vive-versa.

A idéia que quero carregar nas tintas é a de homem multidimensional; o homem como ser complexo que defronta-se em

múltiplas dimensões, como foco de tensão.

Na realidade social, a dominação do homem pelo homem é - a despeito de toda transformação - o conteúdo histórico ' que une razão pré-tecnológica e razão tecnológica (no senti do da transformação tecnológica da natureza (8)). Isto por que o modo de pensar dura muito mais do que o modo de produ ção, o processo de produção.

Ao longo da história, percebemos que a base da dominação' pela dependência pessoal é substituída gradualmente pela dependência da "ordem objetiva das coisas", das leis econô micas do mercado.

Concretamente, se o trabalho é a condição necessária do homem e, o trabalho, nas sociedades modernas, é uma ativida de institucionalizada, algo que tem uma existência formal, perfeitamente nítida (9), do ponto de vista essencial do homem, o homem não faz parte dessa essência.

Daí a importância da propriedade privada: o homem é alie nado, de início, do produto de trabalho. É a separação do produto de trabalho e o trabalho do homem. O homem não pos sui o produto do seu trabalho.

Este fator torna-se agravante no sistema capitalista onde a força de trabalho é paga não para se satisfazer, mas para possibilitar a acumulação do Capital. Em outras palavras ,

a finalidade do Capital não é de satisfazer as necessidades do trabalhador, seus meios de vida, porém de satisfazer a finalidade última do Capital que é acumular cada vez mais a mais-valia, o chamado processo de acumulação capitalista.

Assim, o processo de subsistência própria do trabalhador' é substituído pelo Capital, ou seja, o processo autônomo é eliminado pelo processo de acumulação capitalista.

Hoje, a organização é o aspecto da vida social e individual. E a organização, em nossos dias, tornou-se um objeto de reflexão sistemática.

Este exercício de reflexão desencadeou um movimento na evolução do saber e (quero, pelo menos acreditar) conferiu ao homem um poder sobre si mesmo e sobre as circunstâncias.

Esta evolução do saber amplia o horizonte do conhecimento na consciência da conduta humana.

Mas fica a questão de como utilizar este saber: quando e com que finalidade.

Esta evolução substancial do saber habilita o homem a ajustar-se ativamente à sociedade e ao universo.

O homem deixa de ser apenas influenciado pelas organizações, deixa de ser apenas "homem organizacional", uma unidade indiferenciada no estudo dos efeitos da organização sobre a vida humana.

Esta evolução também deixa uma lição: nenhum sistema, nenhuma organização deve atuar apenas num único nível do mun

do empírico; seja sociedade, organização, sub-organização, grupo, indivíduo, cada qual com suas praxis sociais distintas. Não importa em que instância começa-se a análise; o importante é a articulação conjunta dessas instâncias.

Por exemplo, a sociologia que nasceu como uma espécie de resposta ao desafio das conseqüências da industrialização de países europeus, no século XIX, tentou aplicar resultados de certos aspectos particulares da sociedade numa generalização universal e, profetizou, durante algum tempo, que bastava determinar causas de um problema social para o seu efeito saneador ser quase que imediato. Isto foi uma visão do determinismo sociológico que pecou-se em não reconhecer a existência de ações humanas entre causa-efeito, que requeriam certos cuidados analíticos nas suas interpretações.

Todos os ensinamentos - ao futuro ou ao presente administrador - são no sentido, muitas vezes, de fornecer "receitas"; basicamente lhes ensinam como gerenciar o capital do outro e trabalho dos outros.

Estas receitas (ou práticas) são tentativas de minimizar o conflito capital-trabalho. Conforme quem as aplica, torna-se visível a violação da liberdade humana, a tal ponto de não mais perceber na forma individual.

Não se deve iludir que hoje, passados alguns decênios, os

princípios tayloristas de administração e organização tenham perdidos seus brilhos e entrado no rol dos "primitivos".

A sua praticabilidade imediata, quando assim desejarem os dirigentes da organização, explica a sua importância e a sua sobrevivência.

Os princípios de Taylor podem não se apresentar simpáticos ou humanitários, porém são princípios que melhor definiu, retratou e apresentou a ética moral, política econômica da sua época.

Quando, na década dos trinta, Mayo tornou público o seu trabalho de cunho sociológico e antropológico sobre a atitude do indivíduo frente ao trabalho, como uma das chaves da coexistência organizada, muitos teóricos chegaram a se iludir de que Mayo trabalhava com uma outra realidade; uma realidade onde o indivíduo era valorizado como trabalhador, onde a alienação deste último era amenizada, não pelo seu próprio esforço e compreensão mas, sim, porque era "ajudado" pela classe dominante.

Como parte de um processo histórico, a atitude do indivíduo frente ao trabalho somente adquire significado dentro da dinâmica do processo capitalista. Mayo, no seu estudo, não renegou a análise da estratificação, da mobilidade de classes, da recompensa do esforço, da escala de valores sociais, etc., elementos que Taylor também fazia uso para "corporificar" seus princípios. Portanto, o caráter específico da organização capitalista de produção continuou into-

cado. Continua vinculado a um conceito fundamental do sistema capitalista que é o conceito de exploração, uma parte da sociedade continua a ser apropriadora dos meios de produção enquanto que outra de nada possui a não ser a sua força de trabalho.

Nesse caráter específico da organização capitalista está também pressuposta a noção da contradição, uma contradição que ao se resolver cria uma outra realidade em substituição ao da presente.

Portanto, Mayo não cria e não trabalha com outra realidade. Ela é a mesma da Taylor. Apenas mudou o método de trabalhar com essa realidade. Detectar qual o método mais correto do ponto de vista ético e moral é uma tarefa difícil; não só a sua determinação mas, também, a sua decretação.

Os estudos de Mayo também possui caráter prático imediato: se trata de conhecer a personalidade do trabalhador ; saber o que produz, como produz e na combinação de certos fatores contingenciais pode chegar a produzir mais e, o conhecimento de fatores individuais permite modificar a produtividade individual. Estes são, em suma, seus "princípios". Entre os princípios de Taylor e dos de Mayo não há diferença a não ser diferenças morfológicas.

Como fica, então, a necessidade de se dar conta das reais diferenças e conflitos existentes dentro de uma organização de trabalho?

Foi verificado que "os homens estão hoje menos dispostos do que há dez ou vinte anos a aceitar pressões e controles estreitos. (...) O nível de instrução da força de trabalho aumenta consideravelmente e, à medida que os homens adquirem uma melhor instrução, as suas aspirações elevam-se quanto ao nível de responsabilidade, de autoridade e de rendimentos. (...) Verifica-se uma tendência para conce-der ao indivíduo uma maior liberdade e autonomia (...) Dão-se menos ordens diretas e os jovens participam cada vez mais nas decisões que os afetam" (10).

Este tipo de discurso, sem dúvida, é um discurso da classe dominante carregada do liberalismo formal: educação para todos, inclusive, par indivíduos detentores apenas da sua força de trabalho, concessão de maior liberdade e autonomia.

É o autoritarismo da classe dirigente traduzida no discurso formal. Observa-se, nele, que no mundo capitalista moderno a forma de exploração adquire especificidade suficiente para abrigar um conceito também específico que é a subordinação formal. Porém, o essencial continua sendo a exploração.

As "falas" do Likert, Argyris, Forrester, e outros são concebidas como um "novo" discurso do capital (enriquecimento de tarefas, direção participativa, satisfação das necessidades subjetivas, etc.).

Faz-se necessário esses tipos de discurso - apesar de

não possuírem nada de "novo" - pela mudança do cenário, ou seja, se as condições concretas de trabalho não eram discutidas à nível de management, na época de Taylor, era porque o contexto cultural e meios simbólicos dos trabalhadores não forneciam espaço físico e político, passíveis de atuação por parte dos dirigentes. Talvez pela falta de um diálogo comum à nível do cotidiano entre dominantes e dominados, talvez pela ausência da figura de um mediador...

O que fica claro, porém, por trás do novo discurso, é que a realidade das relações entre trabalho-capital, nos locais de produção, não muda ou muda muito pouco. Essa realidade continua a ler-se no código de trabalho: "o assalariado que recusa a executar uma ordem dada pelo patrão torna-se culpado de uma falta grave que justifica o seu desligamento sem aviso prévio ou indenização".

Percebe-se que só as formas de subordinação do trabalho ao capital é que mudam. Seja qual for o método utilizado, a sujeição direta do processo de trabalho ao capital continua a ser uma característica da subordinação formal.

Em suma, foram estes pontos que procurei ressaltar neste trabalho. Com isso, objetivava que outros também olhassem certos ângulos e rincões do plano social valorativa.

Com que intenção?

Com a intenção de uma vida melhor, de maior valorização e

emancipação do homem e, conseqüentemente, um melhor relacionamento entre eles.

Os problemas humanos contemporâneos podem ser perpetuados ou resolvidos através da auto-realização individual. Se o homem estiver decidido a alcançar seus objetivos pessoais terá que lutar contra compulsões psicológicas. Isto parece ser a moderna teoria da psicanálise e/ou da psicologia. Mero engano: os antigos filósofos e gurus indianos já a tinham profetizado.

A auto-realização conduz o homem à direção da tensão interior, no sentido da resistência à completa socialização da sua psique e, quanto mais se preocupa o homem com a auto-realização, tanto mais se vê contido no emaranhamento da frustração existencial. O indú Swami, no século passado disse: "Despertai ! Levantai-vos ! E não vos detenhais enquanto não alcançardes a meta !"

....

Mas, e o tema da dissertação?

É o mesmo que a Introdução. É sempre descrita ou escrita no final do trabalho.

NOTAS

- (1) Normas para apresentação de monografias elaboradas pela Biblioteca Karl A. Boedecker
- (2) Arendt, Hannah - A condição humana. RJ, Forense, 1981
- (3) Tagore
- (4) Marcuse, H. - O homem unidimensional. RJ, Zahar, 1979. p. 143-144
- (5) Guerreiro Ramos, A. - Sociologia industrial. RJ, FGV. 1953. p. 11
- (6) Drucker, Peter - A guerra e a sociedade industrial. RJ, Ed. Epasa, 1941. p. 139-141
- (7) Fromm, Erich - Análise do homem. RJ, Zahar, 1978. p. 42
- (8) Marcuse, H. - O homem unidimensional. p. 142
- (9) Guerreiro Ramos, A. - Sociologia industrial. p. 52
- (10) Likert, Rensis - Novos padrões de administração. SP, Pioneira, 1971

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS CAPÍTULOS

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

PARTE I : TRABALHO

CAPÍTULO 1 : TRABALHO COMO VALOR BÁSICO

- Miller, Samuel H. 1960. "The Tangle of Ethics"
in Harvard Business Review
- McPherson, C. B. 1979. A teoria política do indivíduo possessivo de Hobbes até Locke
RJ: Paz e Terra
- Maquiavel, N. 1976. O príncipe
Lisboa: Pub. Europa-América
- Guerreiro Ramos, A. 1953. A sociologia industrial
RJ: FGV
- Marglin, S. 1973. "Origens e funções do parcelamento de tarefas"
in André Gorz (org) - Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista
Lisboa: Pub. Escorpião
- Hegel 1976. Princípios da filosofia do direito
SP: Martins Fontes
- Rubin, Isaak Illich 1980. A teoria marxista do valor
SP: Brasiliense

Giannotti, José A.

1966. Origens da dialética do trabalho

SP: Difusão européia do livro

s/d "Contra Althusser"

in Revista Teoria e Prática
nº 3

1980. "Teoria do direito e marxismo"

in Crítica do Direito

SP: Liv. Ciências Humanas

1976. "Notas sobre a categoria modo de produção para uso e abuso dos sociólogos"

in Estudos Cebrap nº 17

1983. Trabalho e Reflexão

SP: Brasiliense

Marx, Karl

1974. "Manuscritos econômico-filosóficos" e "Introdução (à crítica da economia política)"

in Coleção Os Pensadores

SP: Ed. Abril

1976. Miséria da Filosofia

SP: Grijalbo

s/d O Capital

RJ: Civilização Brasileira

1978. El Capital

México: Fondo de Cultura económica, 13ª ed.

1977. Formações econômicas pré-capitalistas

RJ: Paz e Terra

- Marx, K. 1977. Contribuição à crítica de economia política
SP: Martins Fontes
- Marx, K. & Engels, F. 1979. A ideologia alemã
(I- Feuerbach)
SP: Liv. Ciências Humanas
- Lefebvre, Henri 1971. Síntesis del pensamiento de Marx
Barcelona: Ed. Nova Terra

CAPÍTULO 2 : A QUESTÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL
E A QUESTÃO DA LIBERDADE E DO CONTROLE SOCIAIS

- Althusser, L. 1978. Posições 1
 RJ: Graal
1979. "Sobre a relação de Marx com
 Hegel"
 in J. D'Hondt - Hegel e o
 pensamento moderno
 Porto: Rés editora
- Marcuse, Herbert 1967. Ideologia da sociedade indus
 trial
 RJ: Zahar
1972. "Novas fontes para a funda-
 mentação do materialismo
 histórico"
 in Idéias sobre uma teoria
 crítica da sociedade
 RJ: Zahar , p. 9-55
- Braverman. Henri 1977. Trabalho e capital monopolis
 ta
 RJ: Zahar
- Foucault, M. 1981. As palavras e as coisas
 SP: Martins Fontes
1979. Microfísica do poder
 RJ: Graal
1977. Vigiar e punir: nascimento
 da prisão
 Petrópolis: Vozes

- Durkheim, Émile
1983. Lições de sociologia: a moral, o direito, e o estado
SP: T.A.Queiroz/Edusp
1977. A divisão de trabalho
Lisboa: Presença
1947. La educación moral
Barcelona: Losada
- s/d Sociologia e filosofia
RJ: Forense
- Cohn, Gabriel
1979. Crítica e resignação
SP: T.A.Queiroz
- Moya, Carlos
1977. "Max Weber"
in Imagem crítica da sociedade
SP: Cultura
- Weber, Max
1976. Ciência e Política: duas vocações
SP: Cultura
1981. A ética protestante e o espírito do capitalismo
SP: Pioneira
1976. "Classes. status e partido"
in Otávio G. Velho (org) - Estrutura de classes e estratificação social
RJ: Zahar
- Lukács, G.
1977. "La coisificación y la consciencia del proletariado"
in Historia y consciencia de clase
México: Grijalbo

Horkheimer, Max

1976. Eclipse da razão
SP: Ed. Labor do Brasil

Canevacci, Massimo

1981. Dialética do indivíduo: indivíduo na natureza, história e cultura
SP: Brasiliense

Schmidt, Alfred

1977. "História e natureza em Marx"
in Gabriel Cohn (org) - Sociologia: para ler os clássicos
RJ: LTC

PARTE II : ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

CAPÍTULO 3 : O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

- Linton, R. 1968. Homem: uma introdução à antropologia
SP: Martins Fontes, 6ª ed.
- Leatey, R. 1980. Origens
Brasília: UnB
- Althusser, L. 1974. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado
Portugal: Ed. Presença
- Pye, Lucian 1966. Aspects of political development
Boston:
- Meyanud, Jean 1960. Os grupos de pressão
Portugal: Pub. Europa-América, coleção Saber
- Rodrigues, Leôncio M. 1974. Trabalhadores, sindicatos e industrialização
SP: Brasiliense
- Wootton, Graham 1972. Grupos de interesse
RJ: Zahar
- Lapassade, Georges 1977. Grupos, organizações e instituições
RJ: Francisco Alves
- March, James & Simon, Herbert A. 1958. Organization
NY: John Wiley & Sons

- Von Mises, Ludwig 1974. Burocracia
Madri: Union Editorial s/a
- Simon, H. A. 1979. Comportamento administrativo
RJ: FGV, 3ª edição
- Hampton, Davis 1983. Administração contemporânea
SP: McGraw-Hill, 2ª edição
- Mattos, Alexandre M. 1975. Organização: uma visão global
RJ: FGV/LTC
- Marx, K. 1977. Formações econômicas pré-capitalistas
RJ: Paz e Terra
- Parsons, Talcott 1977. "Estrutura social e meios simbólicos de troca"
in Peter Blau (org) - Introdução ao estudo da estrutura social
RJ: Zahar
- Braverman, H. 1977. Trabalho e capital monopolista
RJ: Zahar
- Guerreiro Ramos, A. 1981. A nova ciência das organizações
RJ: FGV
- Cantanhade, César 1981. Organização de trabalho
SP: Atlas, 10ª edição
- Drucker, Peter 1954. The practice of management
NY: Harper & Brothers
- Pfiffner, John M. & Sherwood, Frank P. 1965. Organização administrativa
SP: Importações de livros

- March, James 1965. Handbook of organizations
Chicago: Rand McNally Co.
- Robbins, Stephen P. 1978. O processo administrativo:
integrando teoria e prática
SP: Atlas
- Miller, E. J. & 1967. Systems of organizations
Rice, A. K. London: Tavistock Publications
- Guida, Frederico A. 1983. Panorama geral da administração
RJ: Campus, 2ª edição
- Bertero, Carlos, O. 1977. "Organização formal e sociedade"
in Estudos e Pesquisas Cebrae
nº 1

CAPÍTULO 4 : DIFERENTES ABORDAGENS DA CONCEPÇÃO HUMANA NAS
TEORIAS DAS ORGANIZAÇÕES

- Falcon, F. & Moura, C. 1983. A formação do mundo contemporâneo
RJ: Campus
- Marcuse, Herbert 1979. A ideologia da sociedade industrial
RJ: Zahar
- Braverman, H. 1977. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX
RJ: Zahar
- Marglin, S. 1973. "Origens e funções do parcelamento das tarefas"
in André Gorz (org) - Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista
Lisboa: Pub. Escorpião
- Bendix, Reinhard s/d Max Weber
Buenos Aires: Ed. Amorrortui
- Weber, Max 1981. A ética protestante e o espírito do capitalismo
SP: Pioneira
- Marx, K. 1977. "Introdução à crítica da economia política"
in Contribuição à crítica da economia política
SP: Martins Fontes

- Pfiffner, John M. & Sherwood, Frank P. 1965. Organização administrativa
SP: Importação de livros
- Taylor, Frederick W. 1976. Princípios de administração científica
SP: Atlas, 7ª edição
- Fayol, Henri 1964. Administração industrial e geral
SP: Atlas
- Prestes Motta, F. C. & Bresser Pereira, L. C. 1983. Introdução à organização burocrática
SP: Brasiliense
- Bresser Pereira, L. C. 1963. "Duas escolas em confronto" (mimeo), FGV
- March, James & Simon, H. A. 1981. Teoria das organizações
RJ: FGV, 5ª edição
- Mayo, George Elton 1946. The human problems of an industrial civilization
Boston: Harvard University, Graduate school of Business Administration
1945. The social problems of an industrial civilization
idem
- Bertero, C.O. 1977. "Organização formal e sociedade"
in Estudos e pesquisa Cebrae
nº 1
- Scanlan, Burt K. 1979. Princípios de administração e comportamento organizacional
SP: Atlas

- Robbins, Stephen P. 1978. O processo administrativo: integrando teoria e prática
SP: Atlas
- Balcão, Yolanda F. & Cordeiro, L. L. (orgs) 1979. O comportamento humano na empresa: uma antologia
RJ: FGV, 4ª edição
- Gibson, James L. & Ivancevich, John M. & Donnelly, James, H. 1981. Organizações: comportamento, estrutura, processo
SP: Atlas
- Meggison, Leon C. & Mosley, Donald C. & Piertri Jr, Paul H. 1983. Management: concepts and applications
NY: Harper & Row
- Argyris, Chris 1975. A integração indivíduo-organização
SP: Atlas
- s/d Personalidade e organização: o conflito entre o sistema e o indivíduo
RJ: Ed. Renes
- Herzberg, Frederick & Mausner, Bernard & Snyderman, Barbara 1959. The motivation of work
NY: Wiley & Sons
- Herzberg, F. 1968. "One more time: how do you motivate employees?"
in Harvard Business Review 46, Jan-Feb p 53:62
- Barnard, Chester I. 1970. The functions of the executive
Cambridge: Massachusetts Harvard University Press, 30 th edition

- March, James & Simon, H.A. 1958. Organizations
NY: John Willey & Sons
- Simon, Herbert A. 1965. Administrative behavior: a study of decision-making ' process in administrative' organization
NY: The Free Press, 2th ed.
- March, James C. 1965. Handbook of organization: decision-making
Chicago: Rand McNally
1972. idem , 3ª edição
- Weeks, David R. 1980. "Organizations: interaction and social processes"
in Salaman & Thompson (org)-
Control and ideology in orga nizations
England: The Open University Press
- Weber, Max 1964. Economia y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva
México: Fondo de Cultura Eco nómica
- Gerth, H. H. & Mills, C. Wright (org) 1974. Max Weber-ensaios de sociolo gia
RJ: Zahar, 3ª edição
- Weber, M. 1974. Ciência e política: duas vo- cações
in Gerth & Mills (org)" -
Max Weber - ensaios de socio logia
RJ: Zahar, 3ª edição

- Ader, José J. 1974. Organização informal
Petrópolis: Vozes
- Merton, R.K. . "Estrutura burocrática e per
sonalidade"
- Selznick, P. . "Cooptação: um mecanismo pa-
ra a estabilidade organiza -
cional"
- Hall, Richard H. 1984. Organizações: estrutura e
processo
RJ: Prentice Hall do Brasil,
3ª edição
- Etzioni, Amitai 1974. Análise comparativa de orga-
nizações complexas: sobre o
poder, o engajamento e seus
correlatos
RJ: Zahar
1964. Modern organizations
NY: Prentice Hall Inc.
- Blau, Peter M. & 1979. Organizações formais: uma
Scott, W. R. abordagem comparativa
SP: Atlas
- Guida, F. A. 1983. Panorama geral da administra
ção
RJ: Campus, 2ª edição
- Kast, Fremont E. & 1980. Organização e Administração:
Rosenzweig, James E. um enfoque sistêmico
SP: Pioneira, 2ª edição

- Prestes Motta, F. C. 1982. Teoria geral da administração: uma introdução
SP: Pioneira, 10ª edição
- Trist, E. L. & 1951. "Some social and psychological consequences of the long wall method of coal-getting" in Human Relations, Fev.
- Rice, A. K. 1958. Productivity and social organization: the Ahmedabad experiment
Londres: Tavistock Publications

PARTE III : ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E ESTRUTURA SOCIAL

CAPÍTULO 5 : TEORIA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

- Stavenhagen, Rodolfo 1976. "Estratificação social e estrutura de classe"
in Otávio Guilherme Velho ' (org) - Estrutura de classes e estratificação social
RJ: Zahar
- Davis, Kingsley & 1976. "Alguns princípios de estratificação"
Moore, Wilbert E. in Velho, idem
- Marshall, T. H. 1956. "A general survey of changes in social stratification in the Twentieth Century"
in American Sociological Review
- Davis, K. 1976. "A conceptual analysis of stratification"
in American Sociological Review
- Weber, M. 1976. "Classes, status e partido"
in Velho, idem
- Goldschmidt, W. 1950. "Social class in America: a critical review"
in American Anthropologist, nº 52

- Giddens, A. 1975. A estrutura de classes das sociedades avançadas
RJ: Zahar
- Ossenwski, S. 1964. Estrutura de classes na consciência social
RJ: Zahar
- Lukács, G. 1976. "A consciência de classe"
in Velho, idem
- Poulantzas, N. 1978. As classes sociais no capitalismo de hoje
RJ: Zahar, 2ª edição
1977. Poder político e classes sociais
SP: Martins Fontes
- Poulantzas, N. (org) 1977. Estado em crise
RJ: Graal
- Lévi-Strauss, C. 1967. Análise estrutural
RJ: Zahar
- Althusser, L. 1978. Posições 1
RJ: Graal
1979. "Sobre a relação de Marx com Hegel"
in J. D'Hondt - Hegel e o pensamento moderno
Porto: Ed. Rés
1979. Para ler Marx
RJ: Zahar
- Balibar, Étienne & Althusser, L. 1970. Para leer el Capital
México: Siglo Veintiuno

Giannotti, J. A.

s/d "Contra Althusser"

in Revista Teoriã e Prática
nº 3

1980. "Teoria do direito e marxismo"

in Crítica do direito

SP: Liv. Ciências Humanas

1976. "Notas sobre a categoria 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos"

in Estudos Cebrap nº 17

1983. Trabalho e reflexão

SP: Brasiliense

CAPÍTULO 6 : A FORMALIZAÇÃO ESTRUTURAL DA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

- | | | |
|---|-------|---|
| Marx, K. | s/d | <u>O Capital</u>
RJ: Civilização Brasileira |
| | 1977. | <u>Contribuição à crítica da economia política</u>
SP: Martins Fontes |
| Giannotti, J. A. | 1980. | "Sobre o direito e o marxismo"
<u>in Crítica do direito</u>
SP: Liv. Ciências Humanas |
| Poulantzas, N. | 1977. | <u>Poder político e classes sociais</u>
SP: Martins Fontes |
| Lefort, Claude | 1979. | <u>As formas da história</u>
SP: Brasiliense |
| Hall, R. H. | 1984. | <u>Organizações: estrutura e processo</u>
RJ: Prentice-Hall do Brasil,
3ª edição |
| Pugh, Derek &
Hickson, David J. &
Hinings, C.R. | 1964. | "An empirical taxonomy of structures of work organizations"

<u>in Administrative Science Quarterly</u> , 14, nº 1, March |

Perrow, Charles

(mimeo) "Poder departamental e
perspectivas em firmas
industriais"
Apostila, FGV, ADM-L453
(A-1083)

PARTE IV : PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

CAPÍTULO 7 : CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Kaplan, Abraham 1969. A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento
SP: Herder/Edusp
- Roethlisberger, F. J. 1941. Management and Morale
Cambridge: Mass. , Harvard University Press
- Dubin, Robert 1958. The world of work
NY: Prentice Hall Inc
- Whyte Jr, William H. 1956. The organizational man
NY: Simon and Schuster
- Weber, M. . "Os fundamentos da organização burocrática - uma construção do tipo ideal "
- Merton, Robert King . "Estrutura burocrática e personalidade"
- Robbins, S. P. 1978. O processo administrativo : integrando teoria e prática
SP: Atlas
- Sayles, Leonard R. & 1969. Comportamento humano nas organizações
Strauss, George SP: Atlas

- Basil, Douglas C. & Cook, Curtis W. 1974. The management of change
London: McGraw-Hill Book Co Limited
- Weber, M. 1964. Ecomonia y Sociedade
México: Fondo de Cultura Eco
nômica
- Fiedler, Fred Edward & Chemers, Martins M. 1981. Liderança e administração eficaz
SP: Pioneira/Edusp
- Taylor, F. W. 1970. Princípios de administração científica
SP: Atlas, 7ª edição
- Blake, R. R. & Mouton, J. S. 1967. "The managerial grid in three dimensions"
ASTD Journal, January
- Cleland, Davis I. & King, William R. 1972. Management: a systems approach
NY: McGraw-Hill Book Co.
- Reddin, William S. 1976. Eficácia gerencial
SP: Atlas
- Likert, Rensis 1975. A organização humana
SP: Atlas
1971. Novos padrões de administração
SP: Pioneira
- Schultz, Theodore W. 1973. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa
RJ: Zahar

- Katz, R. L. 1953. "Skills of an effective administrator"
Harvard Business Review, vol 33, Jan-Fev, p. 33-42
- Crozier, Michael 1970. La société bloquée
Paris: Editions du Seuil
1981. O fenômeno burocrático
Brasília: UnB
- Marx, K. 1978. El Capital
México: Fondo de Cultura económica
- Taussing, F. W. 1968. Wages and capital
(an examination of the wages fund doctrine)
NY: Augustus M. Kelley Pub., 2ª ed.
- Lefort, C. 1979. As formas da história: ensaios de antropologia política
SP: Brasiliense
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix 1976. O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia
RJ: Imago